

354(81)03.141(6)



M. E. C. — I. N. E. P.
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

1967

RELATÓRIO - 1967

DISTRIBUIÇÃO

C. B. P. E.

Ministério da Educação e Cultura

Br.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da República:

Honrado pela escolha de Vossa Excelência para ocupar o Ministério da Educação e Cultura, meu primeiro empenho foi o de analisar o que se vinha fazendo, para dar prosseguimento às tarefas que deviam ser concluídas; reorientar as que não se ajustavam perfeitamente às diretrizes do Governo e; enfim, executar programas de emergência e planejar os de longo prazo, para obter os resultados que se esperam da atual Administração.

Impressionou-me a maneira segura e exata com que Vossa Excelência, ao assumir o alto cargo de Presidente da República, referiu-se ao problema nacional:

"Em meio ao conjunto das dificuldades do nosso contexto nacional, o que avulta mais impressionantemente são as necessidades do homem, as condições muitas vezes sub-humanas de sua vida, a escassez de alimentos, a debilidade dos meios para a defesa de sua saúde, a falta de tonus vital da educação a ele oferecida, notadamente a do grau primário, que é o ensino comum de que ninguém pode prescindir".

Assim, voltei logo minha atenção para a recuperação e a formação de recursos humanos, especialmente os destinados ao ensino elementar, passando a encarar o problema das condições escolares, recuperando salas e construindo outras, de modo que pudesse oferecer maior número de meios educativos à nossa população.

Entrearei ao planejamento das atividades...

Pasta, motivado pela orientação traçada por Vossa Excelência, quando tão bem situou o papel da educação:

"Estamos convencidos de que, exclusivamente com majoritário emprêgo de recursos nas lides da educação e cultura, poderá a Revolução realizar-se integralmente, projetando-se sôbre o futuro, pois só a educação enseja a plenitude da democracia. Os destinos de um povo estão muito nas mãos de mestres e alunos, como muito estão nas mãos de seus estadistas."

Foi em face dessa diretriz, aliada ao conhecimento que tenho da realidade educacional brasileira e o vivo desejo de servir ao País, e, em particular, ao Governo de Vossa Excelência, que, nestes nove meses e meio de trabalho, me empenhei em alcançar os primeiros frutos de uma nova posição assumida diante dos problemas educacionais.

Passo às mãos de Vossa Excelência o relatório das atividades do Ministério da Educação e Cultura e espero que nêle se verifique o esforço empreendido para concretizar as linhas traçadas para a reformulação da política educacional e cultural do País.

Brasília, 31 de dezembro de 1967

Tarso Dutra
Ministro da Educação e Cultura

PLANO DO RELATÓRIO

INTRODUÇÃO

PRIMEIRA PARTE : Órgãos Gerais

A - Órgãos Normativos:

- 1 - Conselho Federal de Educação
- 2 - Conselho Federal de Cultura

B - Órgãos de Assistência imediata:

- 1 - Gabinete
- 2 - Consultoria Jurídica
- 3 - Divisão de Segurança e Informações

C - Órgãos Centrais de Planejamento, Coordenação e Controle Financeiro:

- 1 - Secretaria Geral
- 2 - Inspeção-Geral de Finanças

D - Administração Geral

SEGUNDA PARTE : Educação

I - Ensino Primário Comum

II - Ensino Primário Supletivo-Alfabetização

III - Programa de Assistência ao Ensino Primário e Médio:

- 1 - Material Escolar
- 2 - Alimentação Escolar

IV - Ensino Emendativo:

- 1 - De Cegos
- 2 - De Surdos
- 3 - De Excepcionais

V - Ensino Médio:

- 1 - Ensino Secundário
- 2 - Ensino Industrial
- 3 - Ensino Comercial
- 4 - Ensino Agrícola
- 5 - Novas Modalidades de Ensino Médio

VI - Ensino Superior

VII- Outros Programas Educacionais:

- 1 - Educação Física
- 2 - Educação Cívica
- 3 - Centro de Orientação e Proteção Comunitária
- 4 - Escolas de Fronteiras
- 5 - Semana da Comunidade
- 6 - Educação Musical

VIII - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

IX - Recursos Financeiros para a Educação Nacional

X - Novas responsabilidades do Ministério

TERCEIRA PARTE : Cultura

Considerações Finais

Para a elaboração do Relatório Anual de 1967 foram utilizados os seguintes relatórios parciais:

- 1 - Secretaria-Geral
 - a) Gabinete
 - b) Núcleo de Planejamento
 - c) Núcleo de Orçamento
 - d) Núcleo de Coordenação
 - e) Assessoria Jurídica
 - f) Serviço de Administração
 - g) Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação
 - h) Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura
 - i) Serviço de Documentação
 - j) Serviço de Estatística da Educação e Cultura

- 2 - Departamento de Administração
 - a) Serviço de Comunicações
 - b) Divisão de Orçamento
 - c) Divisão do Pessoal
 - d) Divisão do Material
 - e) Divisão de Obras
 - f) Serviço de Transportes
 - g) Serviço de Administração do Palácio da Cultura
 - h) Serviço de Administração da Sede (Brasília)
- 3 - Conselho Federal de Educação
- 4 - Conselho Federal de Cultura
- 5 - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- 6 - Diretoria do Ensino Superior (colhidos diretamente)
- 7 - Diretoria do Ensino Secundário
- 8 - Diretoria do Ensino Comercial
- 9 - Diretoria do Ensino Industrial
- 10 - Diretoria do Ensino Agrícola
- 11 - Departamento Nacional de Educação
 - a) Divisão de Educação Física
 - b) Divisão de Educação Extra-Escolar
 - c) Campanha Nacional de Alimentação Escolar
 - d) Campanha Nacional de Material de Ensino
 - e) Centro de Orientação e Proteção Comunitária
 - f) Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário
 - g) Instituto Villa-Lobos
- 12 - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
- 13 - Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior
- 14 - Divisão de Segurança e Informações
- 15 - Museu Imperial
- 16 - Observatório Nacional
- 17 - Serviço de Radio-difusão Educativa
- 18 - Museu Villa-Lobos
- 19 - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- 20 - Biblioteca do Ministério
- 21 - Instituto Nacional do Cinema
- 22 - Instituto Nacional do Livro
- 23 - Museu Histórico Nacional
- 24 - Museu Nacional de Belas Artes
- 25 - Instituto Benjamin Constant

I N T R O D U Ç Ã O

O Documento "Diretrizes de Governo - Programa Estratégico de Desenvolvimento", que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República aprovou, em julho do corrente ano, põe em relêvo os princípios mais importantes da filosofia orientadora do Ministério da Educação e Cultura. Nêle se considera que o aumento dos recursos humanos constitui base para o desenvolvimento nacional, pois frisou:

" A educação é essencial ao desenvolvimento. Não poderemos admitir que, por falta de recursos humanos qualificados, venha a frustrar-se o esforço nacional de desenvolvimento ou comprometer-se a vocação democrática do povo brasileiro.

Considerada assim, a Educação passou a constituir área prioritária do Governo que, para ela, voltou sua melhor atenção.

Foi à luz dessa orientação que se elaborou o Plano Nacional de Educação, que salientou os seguintes pontos:

1. acentuar a preparação de recursos humanos para atender aos programas de desenvolvimento dos diversos setores das atividades nacionais, adaptando o sistema educacional às necessidades do País;
2. melhorar a produtividade do sistema educacional;
3. orientar e disciplinar o processo de mudança social;
4. ampliar o volume de recursos financeiros a serem aplicados especialmente nas áreas prioritárias, de modo que favoreça o desenvolvimento.

Como decorrência desses pontos básicos, fixaram-se METAS desejáveis, gradativamente atingíveis no período que abrange a atuação do atual Governo. Todavia, com a necessidade de entrosar o planejamento setorial da educação com o planejamento geral e, tendo em vista a elaboração do Plano Trienal de Educação, adiou-se o encaminhamento final daquele primeiro projeto. Esse fato não impediu, porém, que seus elementos diretivos fossem tomados como instrumento de orientação. Daí ter sido coordenado, pela Secretaria Geral, o PROGRAMA DE TRABALHO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, que mereceu aprovação ministerial em agosto do corrente ano. X

Por outro lado, a preocupação em implantar a Reforma Administrativa e, ao mesmo tempo, a de transferir, para Brasília, os órgãos do Ministério da Educação e Cultura, ocupou também minha atenção, reclamada para a solução de problemas correntes, tais como o desmembramento de órgãos, até sua total unificação em Brasília.

Visando a coordenar e a facilitar as atividades diretas do Ministério da Educação e Cultura nos Estados, sempre juízo da ação descentralizadora preconizada pela Reforma Administrativa, vimos procedendo à criação de CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, já tendo sido inaugurado, no corrente ano, o de Niterói, e estando em início de construção os de São Paulo e Porto Alegre.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, passamos ao exame dos aspectos mais importantes do que, nesses nove meses e meio de Governo, foi realizado no âmbito educacional e cultural, procurando situar as questões dentro de sua temática geral, para melhor compreensão dos problemas e da solução que lhes foi dada.

Conforme o Anexo Plano, o Relatório é dividido em quatro tópicos, além desta Introdução:

- 1ª parte: - ÓRGÃOS GERAIS
- 2ª parte: - EDUCAÇÃO
- 3ª parte: - CULTURA
- 4ª parte: - CONSIDERAÇÕES FINAIS

9

Objetiva-se uma integração dos assuntos, para facilitar a apreensão do seu significado e dos esforços despendidos em torno de cada problema.

PRIMEIRA PARTE

ÓRGÃOS GERAIS

A - ÓRGÃOS NORMATIVOS

1 - Conselho Federal de Educação

X O Conselho Federal de Educação realizou, em 1967, 79 sessões plenárias em 12 reuniões, das quais resultaram 500 pareceres relativos a estatutos, regimentos, projetos de leis, autorizações de funcionamento e reconhecimentos.

Entre as 22 indicações sobre diversos assuntos, destacam-se as seguintes:

- Obrigatoriedade de ensino na nova Constituição ~~vão~~ (Doc. 66 - pág 104 - Aprov. 15.2.67).
- Competência dos sistemas Estaduais.
- Registro de Escolas de Grau Médio.
- Percentagens das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- Aplicação de recursos provenientes do salário - educação.
- Articulação entre o ensino médio e o superior.
- Foi instado a pronunciar-se sobre:

Anteprojeto de decreto relativo à reorganização do MEC ~~(Parecer 37/67)~~. ~~vão~~

Convênio MEC-USAID (Pareceres 210/67 e 226/67) ~~vão~~

No seu empenho de colaborar com o Governo na solução do problema de aproveitamento de estudantes que, havendo sido aprovados em concurso de habilitação, não lograram matricular-se por falta de vagas, dispensou tratamento especial aos pedidos de autorização para funcionamento de várias escolas, especialmente de medicina e engenharia. Para tal efeito fez promover trabalhos conjuntos das Câmaras de Planejamento e de Ensino Superior. X] por forma que se conseguisse apreciar, no menor espaço de tempo possível (datam de maio os primeiros chegados), processos volumosos, muitos dos quais apresentando cerca de quarenta pastas de documentação.

O resultado desse esforço se fez sentir de pronto, mediante autorização para funcionamento concedida a várias escolas superiores, além de liberações de algumas licenciaturas:

- Faculdade de Medicina de Petrópolis
Parecer 236/67 e Adendo 236/67
- Faculdade de Ciências Médicas de Santos
Parecer 289/67
- Faculdade de Medicina de Campos
Parecer 319/67
- Faculdade de Medicina de Caxias do Sul
Parecer 260/67
- Escola de Engenharia de Operação da Universidade de Caxias do Sul -
Adendo ao Parecer 248
- Escola de Engenharia da Fundação Armando Álvares Penteado.
Parecer 257/67
- Escola de Medicina de Mogi das Cruzes
Parecer 427/67
- Escola de Engenharia de São José dos Campos
Parecer 380/67
- ESCOLA DE ENGENHARIA SOUZA MARRAS
PARECER n.º 251/67

* Alguns dos pedidos ainda não puderam ser concluídos à luz dos documentos apresentados pela respectiva entidade mantenedora. É desejo do CFE amparar, tanto quanto possível, as legítimas aspirações do estudante brasileiro, do mesmo modo que é seu dever zelar pela boa qualidade do ensino. E tanto é assim que, mantendo diálogo com as partes interessadas, quer mediante contatos pessoais, quer mediante diligências propostas - em pareceres, tem procurado contornar as dificuldades naturais à solução do problema. Assim sendo, aguardam providências, entre outros, os seguintes processos:

Escola Brasileira de Medicina
Parecer 258/67
Indicação 49/67

*Nota- Criaram-se, na verdade, 17 estabelecimentos de ensino superior, bem como novos 17 cursos em estabelecimentos já existentes, conforme se verifica da relação constante dos Anexos. Destacamos, porém, os 9 estabelecimentos acima indicados, por corresponderem às áreas prioritárias de ensino, onde é mais crítico o problema de excedentes.

Faculdade de Medicina de Vassouras

Parecer 249/67

Adendo ao 249/67

2º e 3º ao 249/67

4º ao 249/67

5º ao 249/67

Faculdade de Ciências Médicas de Juiz de Fora

Parecer 259/67

Adendo ao Parecer 259/67

Faculdade de Medicina de Itajubá

Parecer 255/67

Adendo ao Parecer 255/67

2º ao 255/67

3º ao 255/67

Está também em estudos o pedido de autorização para funcionamento da Escola de Medicina de Uberlândia.

X Cumprindo a realização de programas especiais, o CFE promoveu no ano em curso, na sua própria sala de sessões

1 - Simpósio sobre o ensino de Ciências Físicas e Biológicas em nível médio, de 1º a 3 de julho, discutindo o seguinte temário:

- a) Formação de professores de ciências para o ensino médio.
- b) Material didático em face da metodologia do ensino de ciências em nível médio.
- c) O ensino das ciências nos colégios universitários.

2 - IV Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação, de 4 a 8 de setembro, com a participação de representantes de todos os Conselhos Estaduais de Educação e apreciando a "Função do Conselho de Educação no Sistema Estadual", em seus vários aspectos:

- a) Autonomia do sistema estadual: implicações e limites.
- b) Competência do Conselho na organização e funcionamento do sistema.
- c) Articulação entre o Conselho e os órgãos executivos da educação.

3 - II Seminário sobre Assuntos Universitários, nos dias 29 e 30 de novembro, debatendo com os Reitores das Universidades Brasileiras a implantação da nova estrutura universitária decorrente dos dispositivos constantes dos Decretos leis n^{os} 53/66 e 252/67. X

X → Entre os estudos que elaborou, mereceu tratamento especial o relativo à articulação entre o nível médio e o superior. Para isso, foi designada, pela Portaria n^o 29, de 11 de agosto de 1967, da Presidência do Conselho, Comissão Especial encarregada de estudar o aperfeiçoamento do sistema de acesso às escolas superiores. X

Os debates sobre o assunto conduziram à apresentação, em plenário, em 15 de dezembro, da Indicação n^o 48 que, estudando o problema no contexto do campo educacional, situa, adequadamente, a problemática brasileira, confrontada com a dos sistemas correspondentes, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na União Soviética.

Examina a orientação que vem dando ao concurso de habilitação desde que foi instituído, no início do século, apresenta pressupostos de uma solução, recomendando que se atribua, "desde os graus mais elementares, um cunho de progressiva terminalidade aos estudos de cada ano, de cada semestre e de cada disciplina, a fim de que, interrompendo normalmente a sua vida escolar, não tenha o aluno e a própria sociedade que o educa - o prejuízo de sua inutilidade"; propõe um sistema unificado que, atendendo a razões de ordem psicopedagógicas e atendendo para o emprêgo racional de recursos, venha a organizar-se sobre um ginásio comum, admitindo que tais providências poderão conduzir à integração dos estabelecimentos de ensino médio.

Continuando na mesma linha de raciocínio, ^{cu} a Comissão sugere um escalonamento dos cursos superiores em dois ciclos, o primeiro deles correspondendo a estudos básicos e o segundo diversificado em formações profissionais. Essa iniciativa complementa outras anteriores, igualmente do Conselho, tais como a licenciatura de 1^o ciclo e os cursos de engenharia operacional, em três anos de estudos. X

Como se vê, uma série de providências decorrerá do desenvolvimento do esquema proposto, havendo sido sugerido

X *Foi suprido*
✓ pelo CFE:

- a) instituição do 1º ciclo universitário, com brinde áreas afins e possibilitando que o número de vagas oferecidas seja maior que a soma daquelas que se pretendam para os ciclos profissionais correspondentes a cada área,
- b) parcelamento da criação de novas escolas de nível superior, por forma que um grupo se ocupe apenas do 1º ciclo, enquanto outras se encarreguem exclusivamente do ciclo profissional,
- c) criação de cursos técnicos paralelos ao 1º ciclo.

em sup.

Aprovada que foi a indicação, ocorreu ^{as} ~~(a Presidência do)~~ Conselho Federal de Educação ~~baixar portaria designando~~ comissões especiais encarregadas de rever os atuais currículos mínimos, visando particularmente à implantação do 1º ciclo universitário; ~~(encarregar o Conselheiro Valmir Chagas de)~~ realizar o levantamento das profissões que podem ser preparadas em cursos técnicos paralelos ao 1º ciclo universitário, ~~(incumbir o Conselheiro Durmeval Trigueiro da apresentação de estudo sobre o 1º ciclo universitário.)~~

currículo

nas

Por outro lado,
~~(De providências outras, paralelas,~~ foi incumbida a Secretaria Geral do CFE ^{de} realizar consulta nacional às universidades e escolas isoladas sobre o currículo pleno vigente e as modalidades de habilitação superior que podem ser cultivadas em cursos técnicos paralelos ao 1º ciclo universitário; organizar o quadro demonstrativo, que forneça aos ~~se~~ **CFE** ~~menores Conselheiros~~ subsídios para revisão dos atuais currículos mínimos e fixação de outros mais, que se comprovem necessários.

currículo

À base desses elementos, baixará o CFE normas especiais para autorização e reconhecimento de faculdades técnicas ~~(cujos efeitos se prenunciam da mais ampla repercussão no panorama educacional do nosso País.)~~

fac. téc.

→ A articulação preconizada entre o ensino médio e o superior se consolidará, em parte, mediante a aprovação

Artic.

ção dos planos de reestruturação das Universidades brasileiras, na forma por que dispõem os Decretos-leis nºs 53/66 e 252/67.

mas Por isso mesmo, baixou o CFE normas para apreciação dos projetos apresentados pelas Universidades e fêz modificar o temário previsto para a reunião com os Reitores. Procurou, assim, harmonizar seu programa de atividades com a busca de soluções mediatas e imediatas dos grandes problemas brasileiros.

Dos planos apresentados *pelos Universidades, em 1967, pelo* foram aprovados, ~~no ano~~ *sub-* *supr.* findante, os das Universidades Federais do Rio Grande do Norte e Bahia, estando os demais em estudos que conduzam à elaboração do parecer conclusivo. X

mas Foram, ainda, publicadas as Documentas nºs 65 a 78, bem como a Súmula nº 2 e diversas separatas, sendo dedicada uma publicação aos Conselhos Estaduais.

2 - Conselho Federal de Cultura

As principais realizações dêste órgão, em 1967, foram as seguintes:

- a) realizou 48 reuniões plenárias;
- b) elaborou o anteprojeto do Plano Nacional de Cultura, bem como encaminhou ao Ministério do Planejamento as obras do Plano Nacional de Cultura a serem executadas no exercício;
- c) editou 4 números da Revista Cultura, correspondentes aos meses de julho a outubro, contendo a legislação referente ao Conselho, inclusive seu Regimento e a súmula de tôdas as atas das sessões plenárias já realizadas;
- d) traçou as normas que deverão regular a concessão de auxílios e subvenções a entidades de cultura;
- e) emitiu 68 pareceres;
- f) elaborou estudo acurado sôbre a Proposta para Unificação da Ortografia Luso-Brasileira;

g) elaborou o calendário cultural para 1968;

h) elaborou planos, de caráter geral, para im
plantação dos diversos setores administra-
tivos da sua Secretaria Geral.

Elaborou o seguinte Plano de Emergência da -
Cultura, a que se refere o Decreto nº 61.629, de 3.11.1967:

Instituto Nacional do Livro	200.000,00
Serviço Nacional do Teatro	100.000,00
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ..	100.000,00
Museu Histórico Nacional	100.000,00
Museu Nacional de Belas-Artes	100.000,00
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	100.000,00
Serviço de Radiodifusão Educativa	82.631,90
Outros Programas	65.000,00
Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cul- tura, para sua instalação, manutenção e de senvolvimento, e como reserva técnica	55.000,00
<hr/>	
TOTAL	902.631,90

B - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA

1 - Gabinete

O Gabinete do Ministro, como órgão de assis-
tência direta e imediata ao titular da Pasta, teve, inegável-
mente, participação de relêvo no acompanhamento geral, pelo
Chefe de Gabinete, do desenvolvimento da política educacio-
nal e cultural, bem como na supervisão das atividades reali-
zadas pelos órgãos integrantes dêste Ministério.

A atuação do Gabinete se fêz por meio de duas
Subchefias, duas Assessorias Técnicas e uma Assessoria Parla-
mentar, às quais distribuí, para exame especificado, tôda a
matéria submetida à decisão ministerial.

2 - Consultoria Jurídica

Como outro órgão de assistência direta e imediata do titular da Pasta, funciona a Consultoria Jurídica, situada em Brasília, mas com Representação no Estado da Guanabara.

Entre os dois setores é distribuída a matéria jurídica encaminhada pelo Ministro, devendo salientar-se a atuação múltipla e diversificada da Consultoria no ano de 1967, através de colaboração regular a Grupos de Trabalho, Comissões Especiais e Comissões de Processo Administrativo, independente dos desempenhos de suas atribuições normais, como expedição de pareceres, prestação de informações ao Poder Judiciário, elaboração de convênios e contratos, comentários de leis e decretos, etc.

3 - Divisão de Segurança e Informações

Recentemente reestruturada, prestou ela a melhor colaboração ao titular, dentro do campo de suas atribuições.

C - ÓRGÃOS CENTRAIS DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTRÔLE FINANCEIRO

1 - Secretaria Geral

O Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa", criou, em cada Ministério, uma Secretaria-Geral, como órgão de planejamento e orçamento das atividades relacionadas com o programa setorial.

Instalada a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura, cuidou ela de estruturar-se para cumprir as suas atribuições específicas.

Procedeu ao levantamento e análise de dados do ensino nos diversos níveis e modalidades, articulando-se,

19

sempre que necessário, com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Preparou o Orçamento analítico do Ministério, analisou propostas, elaborou projetos de decreto visando à suplementação de recursos, alteração do orçamento e estudou diversos outros processos.

Considerando, ainda, que o Decreto nº 60.590, de 13.4.1967, dispõe sobre a supervisão das atividades do Plano Nacional de Educação, e o de nº 60.610, de 24.4.1967, sobre a elaboração dos documentos básicos para a fixação dos Planos Nacionais de Educação e Cultura, iniciou encontros regionais para a tomada de posição do pensamento das diversas forças componentes da nossa cultura.

Assim, cinco "Encontros" foram realizados em regiões diferentes:

- o 1º em Manaus, concentrando a região Norte;
- o 2º em Natal, concentrando a região Leste;
- o 3º em Brasília, concentrando a região Centro;
- o 4º em Porto Alegre, concentrando a região Sul;
- e o 5º em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, com empresas privadas e sociedades de economia mista.

Das análises feitas, organizou-se um documento básico, que foi distribuído, analisado, discutido e integrado por Comissões especializadas em cada nível e modalidade de ensino.

— X Quanto aos Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio, bem como à receita proveniente do salário-educação, sua aplicação obedeceu a critérios objetivos fixados pelo Conselho Federal de Educação. X pag. 147. Atorês de coureiros 111

Descontada a parte que entrou no programa de contenção do Governo, foram aplicados, para o Ensino Primário, R\$ 11.612.028,00 (onze milhões, seiscentos e doze mil e vinte e oito cruzeiros novos), restando o saldo de R\$ 19.471.610,00 (dezenove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e seiscentos e dez cruzeiros novos).

Quanto ao Ensino Médio, retirada a parcela prevista no programa de contenção, foram aplicados R\$ 11.107.753,00

(onze milhões, cento e sete mil setecentos e cinquenta e três cruzeiros novos) restando um saldo de N.º 18.729.270,00 (dezoito milhões, setecentos e vinte e nove mil e duzentos e setenta cruzeiros novos).

Novo

Relativamente ao salário-educação, tiveram a aplicação N.º 14.882.700,00 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e setecentos cruzeiros novos), restando o saldo de N.º 15.117.300,00 (quinze milhões, cento e dezesse e mil e trezentos cruzeiros novos), já deduzida a parcela incorporada ao plano de contenção de despesas.

financ

X Através de convênios assinados diretamente com 236 Municípios brasileiros, no valor de N.º 2.790.806,27 (dois milhões, setecentos e noventa mil, oitocentos e seis cruzeiros novos e vinte e sete centavos) vieram a ser atendidas 369 escolas, com 747 salas de aula, sendo 67 escolas de zonas urbanas e 302 de zonas rurais, correspondendo a uma população escolar de 27.715 estudantes. X

Atendendo à necessidade de formalizar o processo de concessão de auxílios, foram baixadas instruções precisas a respeito.

Analísaram-se várias solicitações de convênios, sendo baixados em diligência numerosos processos, executando-se auditorias em outros.

Quanto ao Plano Nacional de Cultura, além da formulação das peças básicas para sua fundamentação, procedeu-se à lavratura de diversos convênios, que serão mencionados sob as rubricas dos órgãos próprios do Ministério, na Terceira Parte deste Relatório.

O Serviço de Documentação, que agora integra a Secretaria-Geral, reuniu e classificou a documentação de interesse da Pasta.

Entre os trabalhos de maior valor, destacam-se:

- a) o estudo das Campanhas e Comissões em funcionamento;
- b) a tabela dos currículos mínimos do curso superior, aprovados pelo Conselho Federal de Educação;
- c) o ementário da legislação do ensino superior de 1961 a 1967. X

Além disso, imprimiu e distribuiu livros com 8 títulos. Preparou e publicou os números 8, 9, 10 e 11 da Revista "Arquivos", que registra os atos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário referentes às atividades do Ministério que sobre elas repercutem, bem como os emanados dos próprios órgãos do Ministério.

Quanto ao Serviço de Estatística da Educação e Cultura, hoje também integrante da Secretaria-Geral, suas principais tarefas, no corrente exercício, foram as seguintes:

1a) Contribuição, para o Anuário do Brasil - 1967, com 150 tabelas, no total de 195 páginas, que constituem o retrato da Situação Cultural no Brasil, abrangendo os assuntos assim enumerados:

- 1 - Ensino Superior - 1964-1966
- 2 - Ensino Médio - 1964-1966
- 3 - Ensino Primário Comum - 1964-1966
- 4 - Ensino Primário Supletivo - 1964-1966
- 5 - Radiodifusão e Radiotelevisão - 1965-1966
- 6 - Imprensa Periódica
- 7 - Bibliotecas
- 8 - Propriedade Intelectual
- 9 - Despesas Públicas com o Ensino e a Cultura
1965-1966
- 10 - Associações Artísticas, Literárias e Científicas
- 11 - Desportos
- 12 - Teatro e Cinema
- 13 - Difusão Bibliográfica

Dois pontos fundamentais devem merecer destaque com relação à contribuição do SEEC para o Anuário Estatístico do Brasil. O primeiro diz respeito à atualização dos elementos fornecidos. Foi um dos poucos órgãos que supriram todos os dados relativos a 1966. O segundo é, também, altamente significativo, pois o SEEC contribuiu com mais de 1/4, exatamente 25,6%, de tudo que foi divulgado através do Anuário Estatístico do Brasil, em seus vários tópicos.

2a) Catálogo da Educação. 9

3a) Revisão geral dos questionários de coleta para o levantamento do ano de 1968, compreendendo os seguintes inquéritos:

- a) Ensino Primário Comum.
- b) Ensino Primário Supletivo.
- c) Ensino Infantil.
- d) Ensino Médio.
- e) Ensino Médio - cursos avulsos.
- f) Ensino Superior.
- g) Radiodifusão e Radiotelevisão.
- h) Imprensa Periódica.
- i) Editôra de Livros e Folhetos.
- j) Cinema, teatro e cine-teatros.

Os referidos formulários foram reestruturados conforme recomendação da Comissão Técnica de Revisão das Campanhas Estatísticas, sendo apresentados com pré-codificação e introdução de novos quesitos, para atender aos órgãos técnicos de planejamento da educação no País.

2 - Inspetoria Geral de Finanças

Criada, também, pelo Decreto-lei nº 200, de 25.12.1967, estruturada pelo Decreto nº 61.386, de 19.9.1967, compreende os seguintes órgãos:

- a) Divisão de Administração Financeira.
- b) Divisão de Contabilidade.
- c) Divisão de Auditoria.
- d) Serviço de Administração.

Está em fase de implantação.

D - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Tudo quanto não se transferiu, em matéria de administração, à Secretaria-Geral, por força da Reforma Administrativa, ficou sob a orientação do Departamento de Administração, cuja principal atividade foi acelerar a transferência dos órgãos dele dependentes para Brasília, cumprindo

o determinado pelo Decreto nº 60.891, de 22 de junho de 1967. Para tanto, apresentou um programa, mostrando a necessidade de obras de adaptação para a perfeita instalação dos órgãos.

Superintendeu, ainda, as atividades dos diversos órgãos que o compõem, a saber:

1 - Divisão do Pessoal

Além dos casos de rotina, ressaltou-se o estudo e organização de 24 Quadros de Pessoal, sendo 17 de Universidades Federais e 7 de Escolas isoladas federais ou vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura.

2 - Divisão de Orçamento

Estudou os planos de aplicação de recursos de todos os órgãos do Ministério. Pronunciou-se sobre convênios e efetuou, ela própria, convênios, nos termos da lei orçamentária. Tomou providências para liberação de verbas.

3 - Divisão de Obras

Executou numerosas obras, especialmente as destinadas à construção de dois Centros Federais de Educação, em São Paulo e Porto Alegre, do Colégio Agrícola de Manaus, e à reforma dos prédios do Observatório Nacional e do Instituto Villa-Lobos.

4 - Divisão do Material

Cuidou do fornecimento de material aos demais órgãos.

5 - Serviço de Transportes

Forneceu às repartições os veículos necessários.

6 - Serviço de Administração da Sede

6 - Serviço de Administração da Sede

Tanto no Rio de Janeiro, quanto em Brasília, executou trabalhos de conservação e reparos.

7 - Serviço de Comunicações

Prestou 6.400 informações, arquivando 35.938 processos, expedindo milhares de ofícios, telegramas, guias, etc.

SEGUNDA PARTE

E D U C A C I O

I - O ENSINO PRIMÁRIO COMUM

Embora o ensino primário seja da competência dos Estados, cabendo à União apenas função supletiva, teve o Ministério que entrar na análise de sua problemática geral, no ensejo de prestar auxílio financeiro e assistência técnica ao sistema.

Não houve dificuldade na identificação das grandes falhas do ensino primário, a seguir enunciadas:

1. Insuficiente número de escolas.
2. Grande evasão escolar, especialmente entre a 1ª e a 2ª série.
3. Inadequação de prédios e instalações.
4. Grande percentagem de professores sem qualificação.
5. Currículos pobres e desligados dos interesses da comunidade.
6. Desgradação do ensino.
7. Pouca extensão da escolaridade, em número de dias letivos, duração de turnos e das horas dedicadas às atividades escolares.

O exame desses problemas vem sendo feito pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, especialmente pelos seus Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais, localizados em diversos Estados.

Os trabalhos até agora realizados pelo INEP o credenciam como valioso instrumento de pesquisa e análise para fundamentar a política educacional do Governo, reclamando, porisso mesmo, que se lhe fortaleça a estrutura e se lhe concedam condições de funcionamento crescente e aprimorado.

Entendeu o Governo de continuar a dar assistência técnica aos Estados e também exercer ação supletiva, formando supervisores e diretores de escolas primárias, aperfeiçoando professores, não somente para o ensino primário comum, mas também para o ensino destinado aos chamados "excepcionais" (insuficientes).

No corrente ano, foram intensificados os cur

dos dos quais resultaram a formação de 340 supervisores e a perfeiçoamento de 41, aperfeiçoamento de 57 professôres e 159 diretores, ao mesmo tempo que formando 428 profissio - nais capacitados para atuar no ensino primário, em diversos postos. Nos cursos de emergência, habilitaram-se 235 pro fessôres comuns e especializaram-se 169 em artes industri - ais, para que possam lecionar nas 5ª e 6ª séries primárias, nos sistemas escolares que vieram a criá-las, tornando o final do ensino primário enriquecido com uma perspectiva pro fissional. Para orientar classes dos chamados "excepcionais" que até agora vinham sendo educados exclusivamente por ins tituições particulares, foram formados 29 professôres. Em resumo, 1.429 elementos diretamente atuantes no ensino pri mário foram beneficiados por êsses programas (Vide anexo).

Por outro lado, foi feita, através do Pro grama de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), a recuperação de 17.000 professôres vão trabalhar sob a ori entação dos supervisores de ensino já formados.

Assim, a preocupação fundamental é a prepa ração dos recursos humanos, condição essencial ao êxito de qualquer programa.

Para entrar mais decididamente no campo das edificações escolares, foi instalado o Grupo Nacional de De senvolvimento das Construções Escolares, que ainda procede a estudos preliminares, para que, posteriormente, possa su gerir um programa de construção, de recuperação de prédios e de melhoria dos existentes, destinados a abrigar o enorme contingente de população na faixa etária dos 6 aos 14 anos.

Os professôres em exercício estão sendo in centivados a um auto-aperfeiçoamento, através de numerosa s publicações que vêm sendo feitas em seu benefício, entre as quais avulta a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, publicada pelo INEP. Pela primeira vez, está o Govêrno preo cupado em equipar regularmente bibliotecas de nível primá - rio, que se destinarão ao uso de docentes e discentes, as - sunto êste que será objeto de referência em tópico adiante.

Considera-se de vital importância a reten -

(
(PAMP

ção da criança no sistema escolar, fazendo-a nele permanecer até os 14 anos, conforme determina a Constituição Federal . Se tal objetivo fôr alcançado, cessará o aumento relativo - dos adolescentes e adultos analfabetos, que tanta preocupa - ção vem causando ao atual Governo.

O ensino primário vem sofrendo aumento gra dativo. Pelo seguinte quadro, verifica-se o incremento de matrículas:

1965	-	9.923.183
1966	-	10.695.391
1967	-	11.613.000

X Com o Fundo Nacional de Ensino Primário, fo ram recuperadas e equipadas 1.500 salas de aula, o que equi vale a dizer que se propiciaram meios para atender a 60.000 crianças, considerando as turmas de 40.

Contratou-se em

Contratou-se a construção de Centros de - Treinamento de Professôres Primários, em Cuiabá e Campo Gran de, Estado de Mato Grosso; em Estância, no Estado de Sergipe; em Manaus, no Estado do Amazonas e em Chapecó, no Estado de Santa Catarina. X

Revela-se, assim, o empenho em expandir - quantitativamente o ensino primário comum, ao mesmo tempo que garantir-lhe o constante aperfeiçoamento.

II - O ENSINO PRIMÁRIO SUPLETIVO - A ALFABETIZAÇÃO

X Dentro do campo educacional, o Governo con cedeu prioridade à solução do grave problema do analfabetis mo. Foi elaborado o Plano de Alfabetização Funcional e Edu cação Continuada de Adolescentes e Adultos, (~~que recebeu elo gios da UNESCO~~) tendo sido aprovado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Representa êste projeto ~~a primeira me dida, tomada no Brasil, como~~ resultado de estudos amplamente fundamentados, do qual resultou a criação da Fundação Movi mento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), vinculada ao Mi nistério da Educação e Cultura. Como decorrência dêsse Movimen

Alfab. adultos

to, espera-se, até 1971, extinguir o analfabetismo no Brasil.

Essa lei foi secundada por outra, cujo projeto tem o número 807/67, que provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar, obrigando os brasileiros a se alfabetizarem, para os efeitos da convocação militar. Segundo essa providência, as Forças Armadas prestarão inestimável colaboração no processo de alfabetização, sendo também estimulados os funcionários públicos e professorado em geral, através do reconhecimento da sua relevante atuação.

O referido projeto conceitua a alfabetização funcional como "o domínio pleno das técnicas de ler, escrever e contar, a aquisição de noções de conhecimentos gerais, a educação moral e cívica, a educação física, as técnicas básicas do trabalho, nos estritos limites que assegurem a condição de cidadão e de elemento útil à coletividade."

nao

A proposição que instrumentou essas duas leis analisa a situação brasileira, revelando a existência, em 1960, de 18.647.320 analfabetos de 10 anos para cima, o que viria a ser estimado, em 1967, em 23.000.000. Prevê, na formulação do plano-pilôto, o atendimento segundo as diversificações de densidade de população, as oportunidades educativas, as atividades ocupacionais regionais e as ofertas de trabalho. De fato, o que se tem em mira é a desmarginalização de milhões de brasileiros que devem ser incorporados ao processo de produção, tornando-os partícipes conscientes das conquistas da civilização e beneficiários plenos dos direitos de cidadania.

Conforme consignado no Plano de Metas, o Governo deseja que, em 1971, já tenham sido garantidas escolas para todas as crianças de 7 a 14 anos de idade, de modo que não seja mais possível aumentar o número relativo de analfabetos. Por outro lado, estão sendo tomadas medidas para que os analfabetos existentes, agora fora da escola, qualquer que seja a sua idade, sejam recuperados, quer incorporando-os às classes comuns, quer mediante ensino supletivo, a cargo da Fundação que ora se cria, o MOBREAL, com o concurso de instituições especializadas nesse campo.

X Dando prioridade ao Programa de Alfabetização, o Governo baixou, em 1967, os seguintes atos:

Y 1. Decreto nº 61.017, de 14 de julho, dispondo sobre a comemoração do Dia Nacional de Alfabetização no ano de 1967.

2. Decreto nº 61.145, de 8 de agosto, retificando o Decreto nº 60.464, de 14 de março, que incluiu o Movimento de Educação de Base (MEC), da Conferência dos Bispos, nas atividades relacionadas com a alfabetização funcional e educação de adultos.

3. Decreto nº 61.311, de 8 de setembro, que provê sobre a constituição de Grupo de Trabalho Interministerial, para estudo e levantamento de recursos destinados à alfabetização.

4. Decreto nº 61.312, de 8 de setembro, que dispõe sobre a utilização das emissoras de televisão nos programas de alfabetização.

Segundo esse diploma legal, ao Departamento Nacional de Educação caberá distribuir aulas de alfabetização para serem transmitidas por todas as emissoras do País e promover, através das Secretarias de Educação e Cultura dos Estados, a instalação progressiva de núcleos de recepção organizadas.

5. Decreto nº 61.313, de 8 de setembro, que provê sobre a constituição da Rede Nacional de Alfabetização funcional.

Atendendo a esse decreto, caberá ao Departamento Nacional de Educação a elaboração de programas radiofônicos e material complementar a ser distribuído entre todas as suas emissoras, para educação de adultos.

O Decreto nº 61.314, de 8 de setembro de 1967, provê sobre a educação cívica nas instituições sindicais e a campanha em prol da extinção do analfabetismo.

mas { Basta observar que as despesas, para essa realização, são orçadas, para o ano vindouro, em R\$ 213.180.000 (duzentos e treze milhões, cento e oitenta mil cruzeiros novos), para avaliar-se a magnitude da tarefa a que se propõe o Governo. }

O Plano de Erradicação do Analfabetismo visa a atender, em primeiro lugar, aos adolescentes e adultos até

30 anos de idade e, em seguida, os de 30 anos para cima, tendo, portanto, duas fases. (Serão ainda necessários recursos externos, no valor de US\$ 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil dólares).) *mas*

X Espera-se fazer a alfabetização anual de ... 2.850.000 pessoas, o que, em 5 anos, perfará o total de onze milhões e quatrocentos (11.400.000) mil pessoas, presumindo-se que os remanescentes, com a obrigatoriedade escolar, venham a ser incorporados às classes comuns. X

aid O INEP procedeu a uma pesquisa relativa à organização da educação de base no Brasil, elaborando estudo para a UNESCO sobre a situação de Educação de Adultos no Brasil. 9

III - PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO

Para que o ensino primário comum e supletivo, bem como o ensino médio, se tornem ajustados às reais condições do País, necessário se faz uma ajuda intensiva, quer do ponto de vista de alimentação, quer do fornecimento de material escolar a baixo preço.

1 - Material Escolar

X O movimento de distribuição do material didático, pela Campanha Nacional de Material de Ensino, atingiu a 12.429.171 unidades de produto, sendo que 11.634.686 constituídos de material escolar propriamente dito e o restante, em obras de consulta, no total de 507.855 unidades, e 286.630 cadernos de exercício. Para expandir seu programa, cuidou a Campanha de ampliar as instalações de fábrica de cadernos e aumentar o número de postos de distribuição.

Esse material é colocado na mão do consumidor pelo preço de custo de fabricação e grande parte distribuído a estabelecimentos de ensino para beneficiar alunos carentes de recursos.



mas É um dos mais seguros meios de facilitar o processo educacional, especialmente no nível elementar e médio.

X Para a expansão desse programa, foi criada, pela Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, a Fundação Nacional de Material Escolar, que está em fase de implantação. *X*

2 - Alimentação Escolar

X A Campanha Nacional de Alimentação Escolar *do MEC* atendeu, em 1967, às necessidades de suprimento alimentar de uma população na ordem de 11.500.000 escolares, nos 3.965 Municípios do País. Para conseguir realizar esse programa, ~~(que constitui um dos mais ativos instrumentos de ação do Governo para corrigir a subnutrição das crianças brasileiras.)~~ a Campanha preparou 3.862 especialistas em educação e assistência alimentar. Distribuiu 554.359 unidades de materiais de cantinas e construiu uma fábrica de alimentos em Niterói. Man- teve acordos com organismos internacionais - "Programa de Alimentos para a Paz" e "Programa Mundial de Alimentos", para assegurar um estoque suficiente de gêneros alimentícios. *X*

mas Sabe-se que grande parte da evasão escolar e, também, do baixo rendimento escolar, é causada pela subnutrição dos escolares, situação essa que o Governo procurou, de todas as maneiras, remover, seja através de um planejamento a longo prazo, para aceleração do desenvolvimento do País, trazendo melhores condições econômicas a todos os brasileiros, seja pela realização de programas de emergência, como os dessa Campanha.

São eles essenciais à promoção de ensino, especialmente para as camadas populares, cujo nível de vida é ínfimo.

IV - ENSINO EMENDATIVO

1 - Cegos

Para o ensino destinado aos cegos, que é realizado pelo Instituto Benjamin Constant, foram matricula

dos, em 1967, 308 alunos, sendo 38 novos, dos quais apenas 8 são externos.

Funcionaram os cursos desde o Jardim de Infância, com 15 alunos; o primário comum, em 6 séries, com 89 alunos e o primário supletivo, noturno, de 3 séries, com 58 alunos; o médio, constituído do 1º ciclo apenas, com 81 alunos.

Além desses cursos, desenvolveram-se práticas educativas, o adestramento sensorial e motor, a arte de falar, cursos de datilografia, economia doméstica, teatro, trabalhos manuais e de canto orfeônico, com 213 alunos, dos quais 48 participam de outros aprendizados. O Canto Orfeônico foi introduzido no ano de 1967. A educação musical é dada em instrumentos de sopro e no piano, bem através do estudo de teoria musical, havendo alunos que se dedicam à Musicografia Braille.

Além disso, realizaram-se cursos profissionais para 130 alunos já participantes de outros cursos, preparando-os nas seguintes técnicas: afinação de piano, colchoaria e estofaria, empalhagem e vimaria, encadernação, massoterapia, revisão e transcrição a Braille, vassouraria e telegrafia.

Funcionaram, também, os seguintes cursos:

- a) de especialização para habilitar professores de Didática de Cegos e Amblíopes;
- b) de formação de inspetores de alunos;
- c) do sistema Braille;
- d) de português, matemática e etiqueta, de natureza prática;
- e) de socorros de emergência para socorristas, conferindo 80 certificados de conclusão.

Foram esterotipadas em zinco 17 obras, num total de 1.482 clichês, e impressas 7.221 unidades de material em Braille, aumentando, assim, consideravelmente, os recursos para estudo por parte dos cegos e amblíopes.

Para beneficiar 5 instituições de ensino a cegos, vieram a ser assinados convênios no valor de NCr\$ NCr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros novos), sendo 1

para cada um dos Estados da Paraíba, Ceará, Minas Gerais, Bahia e Guanabara.

2 - Surdos

Matricularam-se, em 1967, no Instituto Nacional de Educação de Surdos, 618 alunos, assim distribuídos:

- 6 no jardim de infância
- 327 no primário, dos quais 320 internos;
- 105 no curso de logopedia, dos quais 50% lograram concluir o curso;
- 30 no Ginásio Orientado para o Trabalho;
- 16 no curso de admissão;
- 134 na escolinha de arte (alunos de 8 a 11 anos).

O ensino profissional foi organizado em torno das seguintes atividades: alfabetaria, sapataria, marcenaria, artes gráficas, encadernação e douração, oficinas de corte, costura e bordado, oficina de recuperação de móveis e objetos.

O Instituto ministrou, também, tratamento especializado e assistência médica e dentária, inclusive fornecendo aparelhos auditivos aos que deles se possam utilizar.

Visitado por conferencistas estrangeiros, o Instituto beneficiou-se, em 1967, de lições de grandes especialistas em educação de surdos, o que contribuirá para aperfeiçoar seus métodos.

3 - Deficientes Mentais

* A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, embora criada pelo Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960, só veio a instalar-se na sede do Ministério da Educação e Cultura, no final de outubro de 1967.

Nessa sua fase de existência, a Campanha limitou-se a prestar cooperação financeira às instituições que cuidam da educação e reabilitação dos deficientes mentais, os chamados "excepcionais". A partir de então, celebrou Convê-

nios com várias entidades especializadas, distribuídas pelos diversos Estados do Brasil, no valor de NCz\$ 809.513,48 (oito centos e nove mil, quinhentos e treze cruzeiros novos e quarenta e oito centavos). X

IV - ENSINO MÉDIO

O nível de ensino médio, mais profundamente afetado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, traz à nossa consideração uma série de reflexões.

Em primeiro lugar, a Constituição anterior fixava a obrigatoriedade da educação primária, em limites que não ultrapassavam 4 anos, embora facultasse estendê-la à duração de 6 anos. Já a nova constituição inovou, estendendo a educação obrigatória dos 7 aos 14 anos de idade, o que nos conduz a acelerar o programa de construção escolar e outros correlatos, de forma a permitir o atendimento a uma considerável população nas primeiras séries do ensino médio.

Os problemas mais agudos, nessa área, encontrados pelo Governo, são, em resumo, os seguintes:

1. Falta de articulação entre a escola primária e a média;
2. Má distribuição da população escolar entre as diferentes modalidades de ensino;
3. Pequeno número de escolas industriais e, portanto, falta de oportunidade para preparação de técnicos;
4. Falta de professores qualificados, especialmente no campo das ciências exatas;
5. Falta de administradores escolares qualificados, especialmente de supervisores da escola média;
6. Timidez na reformulação dos currículos médios;
7. Natureza dos métodos didáticos, que se caracterizam pelo ensino teórico e verbalista;

8. Inadequação de prédios e instalações escolares;
9. Reduzida utilização de recursos áudio - visuais e outros, que tornem o ensino mais vivo e atraente;
10. Falta de bibliotecas e nenhuma iniciação dos alunos em sua utilização;
11. Relêvo maior à função propedêutica do ensino de nível médio, em detrimento das outras funções que lhe cabem;
12. Falta de orientação educacional e de informação ocupacional.

O ensino médio passou a ser da competência dos Estados, tendo havido um prazo para opção, dos estabelecimentos criados antes da Lei de Diretrizes e Bases, entre o sistema federal e o estadual. Estamos, pois, em fase de transição, até que os Estados bem se aparelhem para superintender este nível de ensino.

A função maior do Ministério da Educação e Cultura, nesse particular, será, certamente, a de assistência técnica, que já se vem prestando através de diversos programas vinculados às Diretorias de Ensino.

Como é de todos sabido, o ensino secundário ainda ocupa posição ímpar na estrutura do ensino médio. Com todo o esforço dispendido em 1967, o ensino secundário ainda absorve 73% do ensino médio, considerando-se os dois ciclos. Se considerarmos apenas o 1º ciclo, absorve 83%. Mas já no 2º ciclo, o secundário absorve apenas 37% dos estudantes médios, ficando, conseqüentemente, os demais ramos com 63% o que já demonstra estar-se tornando equilibrada a distribuição das matrículas no nível médio.

Anteriormente, porém, à Lei de Diretrizes, o ensino secundário funcionava como escola seletiva de classe e não de valores, daí a sua grande procura, porque ela qualificava, isto é, dava "status" social.

O preconceito contra o trabalho manual vai começando a desaparecer. A Constituição, ora em vigor, proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual,

ou entre profissionais respectivos. Sendo o sistema educacional responsável pela distribuição de sua clientela nas áreas próprias, dentro das dimensões impostas pelas aptidões individuais, e, também, pelo reclamo da sociedade para o seu desenvolvimento, necessita o ensino médio de uma sã orientação educacional, complementada pela orientação profissional. Só dessa forma se poderá assegurar perfeita correspondência entre sistema educacional e estrutura social.

Convém salientar que, entre os educadores, já se vem tornando comum a idéia de que "formação profissional e formação humana tendem a identificar-se no aspecto comum a toda qualificação profissional: a aquisição da consciência, por parte do cidadão, de sua função e de sua responsabilidade na comunidade dos homens livres".

Para atenuar os efeitos da posição privilegiada da escola secundária, além de a lei haver estendido, em todas as modalidades, as denominações de ginásial e colegial, para corresponder aos dois ciclos do ensino, eliminando, nos termos, a significação restritiva anterior, que tanta magia exercia sobre a clientela, permitiu a experimentação e, também, a complementação do currículo. À luz dessa nova perspectiva é que se criou o Ginásio Orientado para o Trabalho, como a melhor forma que a administração encontrou para enriquecer o processo pedagógico da escola secundária propriamente dita. Admitiu o Conselho Federal de Educação que, entre as práticas educativas, se devessem incluir aquelas mais ligadas a atividades gerais do trabalho, nas áreas industriais, comerciais e domésticas. O Ministério da Educação e Cultura doou oficinas e laboratórios aos estabelecimentos e superintendeu a formação de professores especializados para aquelas novas atuações.

O Ginásio orientado para o Trabalho vem - se expandindo gradativamente e, por certo, constitui uma experiência que antecederá o Ginásio multicurricular, que será o ideal; o único realmente a possibilitar uma adequada orientação educacional.

Por outro lado, um dos problemas mais graves do ensino médio é a falta de professores qualificados. Embora, nas Faculdades de Filosofia, estejam matriculados 1/5 dos estudantes de nível superior, sabe-se que, ao término do cur

so, há grande evasão da profissão. Assim, o problema é de formação em cursos de emergência e, nesse sentido, são proveitosas as lições da Inglaterra no seu após guerra. Há necessidade de uma recuperação de professores autodidatas e de aperfeiçoamento de outros que ingressam na profissão.

O crescimento da população do ensino médio não tem sido o desejável. Esperar-se-ia em 1971, uma matrícula de 6.000.000, que é a desejável. Entretanto o ritmo do crescimento tem sido lento, como se demonstra pelos seguintes algarismos:

1965 -	2.154.430	alunos
1966 -	2.483.121 ²¹²	alunos
1967 -	2.737.133 ³³	alunos

Como se vê, o crescimento de 1965 para 1966, foi de 328.782 alunos; de 1966 para 1967, foi de 254.101 alunos.

Há, por outro lado, a acrescentar que é enorme a evasão nas diversas séries do nível médio. Pequena parcela chega a completar o 1º ciclo ginásial. Por isso, esse ciclo não poderá ser apenas de cultura geral, sem orientação para atividades produtivas.

Focalizado, assim, de maneira geral, a problemática do ensino médio, vejamos as principais ocorrências nesse nível, segundo as suas diversas modalidades.

1. ENSINO SECUNDÁRIO

No âmbito do ensino secundário, foi realizado o extenso Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores, através de Convênios firmados com Faculdades de Filosofia, no valor de NCr\$ 1.310.500,00 (um milhão e trezentos e dez mil e quinhentos cruzeiros novos), beneficiando 1.171 professores que foram submetidos a exames de suficiência.

Por outro lado, através de Convênios firmados com Universidades e Secretarias de Estado, foram mantidos Centros de Ciências, os quais receberam a importância de

Treinamento
e aperfeiçoamento
prof.

NCr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros novos). Com a Embaixada da França, a Diretoria do Ensino Secundário celebrou convênio, no valor de NCr\$600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), para aquisição de material francês, de natureza científica, destinado aos referidos Centros.

O Programa de Educação pelo rádio e pela televisão, através de acôrdos com as Secretarias de Educação e Inspetorias Seccionais, recebeu o auxílio de NCr\$278.550,00 (duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros novos).

Visando a acudir à expansão dos Ginásios Orientados para o Trabalho, modalidade de currículo que pretende fixar o aluno de nível médio no sistema escolar e dar-lhe orientação profissional, sem prejuízo da cultura geral, foram firmados convênios com Secretarias de Educação e, diretamente, com os próprios estabelecimentos, para aquisição de equipamento de oficinas e salas-ambientes de Artes Industriais, Técnicas Agrícolas, Técnicas Comerciais e Educação Doméstica, no valor de NCr\$ 2.601.927,81 (dois milhões, seiscentos e hum mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros novos e oitenta e hum centavos).

Foi firmado convênio de Cooperação Financeira entre o Ministério da Educação e Cultura e o da Aeronáutica, através da Diretoria do Ensino Secundário, para completar instalações do Ginásio Brigadeiro Newton Braga, na Ilha do Governador, o qual servirá para treinamento de professores (Ginásio de Aplicação); e do Ginásio "Jeni Gomes", em Fortaleza, no Ceará. X

Outros convênios vieram a ser celebrados para estágios de 1806 professores, visando à sua recuperação, sendo dispendidos recursos no montante de NCr\$559.530,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta cruzeiros novos).

Verificaram-se, outrossim, cursos de recuperação de professores médios, em número de 313, beneficiando os Estados de Minas, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, com o dispêndio de NCr\$ 423.985,00 (quatrocentos e vinte e três mil, novecentos e oitenta e cinco cruzeiros novos).

Cursos
Prof.

Cursos
Prof.

Cursos
Prof.

Foram subvencionados, igualmente, com a importância de NCr\$ 456.560,00 (quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta cruzeiros novos) cursos de aperfeiçoamento, destinados a docentes em exercício, realizados em Faculdades de Filosofia, favorecendo 2.598 professores.

X O Setor de Publicação da Diretoria do Ensino Secundário distribuiu 7 livros, com a tiragem total de .. 12.500 exemplares. Forneceu também livros e material didático pelo Programa de Reembolso Parcial de Material Didático, a 87 estudantes de nível médio e a 93 professores. X

Assist
estud.

A Diretoria do Ensino Secundário promoveu encontros, reuniões e seminários educacionais, no total de 73, em vários Estados, propiciando entendimentos e troca de experiência de professores.

X Foi dada assistência técnica e financeira aos Centros de Ciências: do Nordeste, que beneficia os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; da Bahia, que beneficia os Estados da Bahia e Sergipe; da Guanabara, que beneficia os Estados do Espírito Santo, Guanabara e Estado do Rio; de Minas Gerais, que beneficia os Estados de Minas Gerais e Goiás; de São Paulo, que atende a São Paulo, Mato Grosso e Paraná; e, finalmente, ao Centro do Rio Grande do Sul, que serve aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esse programa importou na despesa de NCr\$ 468.298,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e noventa e oito cruzeiros novos).

Foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (E P E ^M). X

O Colégio Pedro II, que se transformou em autarquia, tem desenvolvido enormemente as matrículas e aprimorado o ensino nas suas duas sedes e respectivos anexos. Contou com cerca de 15.000 alunos.

A matrícula geral do curso secundário propriamente dito revela o seguinte crescimento:

Em 1965	-	1.553.699
Em 1966	-	1.805.247
Em 1967	-	2.002.893

X Há planejamento, para imediata construção e equipamento, com recursos já previstos, de 229 estabelecimentos de ensino médio, sendo 197 ginásios orientados para o trabalho e 32 colégios compreensivos (multicurriculares), ^{acompanhados} ~~da~~ execução de programas de treinamento e aperfeiçoamento de professores, proporcionando a extensão do ensino médio a mais de 188.000 novos alunos, em todo o País. X

2. ENSINO INDUSTRIAL

Entende o Governo que, no campo do ensino médio, deve-se expandir o ensino industrial, pois há enorme carência de profissionais essenciais ao desenvolvimento econômico de nosso país. Já se vem acentuando a procura de tais cursos, cujo efetivo de matrícula se amplia, conforme se verifica dos seguintes dados:

1965	-	79.230 alunos
1966	-	91.518 alunos
1967	-	102.234 alunos

+ No presente exercício, foi criado o Centro de Educação Técnica do Norte e Nordeste (CETENNE), em Convênio com a SUDENE, destinado a produzir os melhores resultados naquelas regiões.

Mereceu a maior atenção o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial, em que se fez, no corrente ano, a preparação de 13.500 operários, 7.582 supervisores e outros técnicos em número de 8.381, perfazendo o número de 29.463 pessoas qualificadas profissionalmente nesse nível.

Considerando essencial ao desenvolvimento do País a formação do técnico em nível médio, a União obteve o financiamento de US\$ 3.000.000 (três milhões de dólares) do Banco Interamericano do Desenvolvimento, ~~(conforme se destaca no tópico próprio deste Relatório)~~ bem como dotação nacional, no valor de US\$ 1.600,000 (hum milhão e seiscentos ^{mil} dólares), perfazendo o total de US\$ 4.600,000 (quatro milhões e seiscentos mil dólares), cabendo a gestão de tais recursos à Comissão Especial para execução do Plano de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico e Industrial.

As escolas técnicas industriais do país, especialmente as que mantêm cursos prioritários para o desenvolvimento econômico, começaram a sofrer, no corrente ano, remodelação em suas instalações e em seus processos de ensino, para que possam exercer o papel que lhes cumpre desempenhar, no preparo de mão-de-obra técnica de nível médio.

Com esse objetivo, foram assinados vários convênios com escolas situadas nos Estados-Membros.

Concertaram-se entendimentos com a Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), para instalação de um Centro Panamericano destinado ao aperfeiçoamento de professores e formação de treinadores de mão-de-obra qualificada rural.

§. ENSINO COMERCIAL

Quanto ao ensino comercial, especialmente destinado ao preparo para as profissões do setor terciário, o aumento de matrículas vem ocorrendo da seguinte forma:

1965	-	288.351	alunos
1966	-	306.308	alunos
1967	-	325.557	alunos

Nos sete Centros de Habilitação e Treinamento de Pessoal Técnico, vinculados à Diretoria do Ensino Comercial, foram realizados os seguintes cursos:

X a) 14 de educação técnica, habilitando cerca de 1.000 professores para disciplinas especificamente profissionais;

b) intensivos, seguidos de exames de suficiência, recuperando mais de 500 professores;

c) intensivos e seminários, que atenderam a mais de 2.000 professores e diretores, para atualizar as técnicas e aperfeiçoar processos didáticos e administrativos.

d) 297 cursos de aperfeiçoamento profissional, para os egressos do curso comercial. X

Desses Centros partiu a iniciativa da criação de 25 Centros de Aplicação e Experimentação do Sistema Funcional de Ensino, que constitui a pedra de toque do ensino

Curran

no dessa modalidade, ^{daquela} (a grande) contribuição ~~da~~ Diretoria ~~(do~~ ~~Ensino Comercial)~~ à didática moderna. Através desse sistema de ensino, foram vitalizados os processos didáticos, tornando o ensino equivalente ao trabalho profissional real.

Por meio de Missões Técnicas, a Diretoria do Ensino Comercial assistiu a 700 unidades de ensino, beneficiando a mais de 1.000 administradores escolares. X

Como se sabe, é mínima a rede federal de estabelecimentos de ensino comercial, constituída de apenas 4 escolas: o colégio comercial Professor Clóvis Salgado, no Estado da Guanabara, e 3 outros estabelecimentos que são as escolas de Hotelaria em São Paulo, Guanabara e Pôrto Alegre, esta última criada no corrente ano, constituindo nova modalidade de ensino que está despertando o maior interesse na classe estudantil.

Como as escolas particulares representam .. 82,40% dos estabelecimentos de ensino comercial, há necessidade crescente de supervisão e orientação através de Missões Técnicas.

Em 1967

~~No~~ corrente ano, criaram-se mais de 150 estabelecimentos de ensino comercial, com cêrca de 300 cursos.

No VII Congresso de Ensino, realizado em Pôrto Alegre, ~~no corrente ano~~ ao qual compareceram 1.932 congressistas, foram debatidos teses de alto sentido educativo, visando à expansão e à melhoria do ensino comercial, destinado a ampliar a percentagem da população ativa no setor terciário da produção.

Através do Programa de Assistência Técnica a realizado pelos coordenadores da Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial, vai sendo gradativamente implantado o sistema de ensino funcional, que é automotivador.

Como cêrca de 70% das escolas comerciais estão vinculadas ao sistema federal, em decorrência da opção permitida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram concedidos auxílios para o seu reequipamento, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil

mar

cruzeiros novos).

A Diretoria do Ensino Comercial iniciou pesquisas sobre mercado de trabalho, métodos e técnicas de ensino, já em fase adiantada. X

4. ENSINO AGRÍCOLA

X No âmbito do ensino agrícola, o fato marcante do exercício de 1967 foi a transferência da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura para a esfera administrativa do Ministério da Educação e Cultura, agora sob a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola (Decreto nº 60.731, de 19.5.67, completado pelo Decreto nº 60.891, de 22.6.67). X

Almejada desde o advento da Lei de Diretrizes e Bases, somente agora, por força da Reforma Administrativa, o Ministério da Educação e Cultura inaugurou sua ação administrativa no setor do ensino agrícola de grau médio.

Resultou dessa transferência a incorporação ao MEC da rede federal do ensino agrícola que compreende o seguinte patrimônio:

a) <u>em funcionamento:</u>		
Colégios Agrícolas	20	
Ginásios Agrícolas	23	
Colégios de Economia Doméstica Rural	5	
Escola de Didática do Ensino Agrícola	1	
b) <u>em construção:</u>		
Colégios Agrícolas	5	
Ginásios Agrícolas	9	
Total de Educandários ..		63

Além desses estabelecimentos deve-se acrescentar:

Cursos Técnicos de Economia Doméstica Rural (2º ciclo) funcionando junto aos Colégios Agrícolas	5
Cursos de Preparação de Economia Doméstica Rural, anexos a Colégios e Ginásios Agrícolas	27

Cursos Vocacionais Agrícolas, anexos a Ginásios e Colégios Estaduais	5
Cursos Vocacionais de Economia Doméstica, anexos a Colégios e Ginásios Estaduais	5
Centro de Treinamento de Tratoristas	12

Essas unidades, localizadas quase sempre em comunidades rurais, se distribuem por todos os Estados da Federação e mantêm um movimento de cerca de 13.000 alunos matriculados, em sua maioria, em regime de internato.

Além dos cursos mencionados, dentro do programa do CONTAP II, resultante de convênio SEAV/USAID/MA/ETA, visando ao suporte técnico financeiro, a programas de ensino agrícola de grau médio e à assistência educativa às populações rurais, foram ministrados 18 cursos para treinamento de diretores, professores e pessoal administrativo, deles participando 504 interessados, aproximadamente.

X A atual administração da Diretoria do Ensino Agrícola, coincidindo, praticamente, com o início do atual Governo e em face do apoio recebido das esferas administrativas mais elevadas, orientou as atividades deste órgão no sentido de uma maior dinamização das técnicas agropecuárias e de indústria rural, bem como a expansão e o aprimoramento do ensino agrícola de grau médio.

No presente exercício, deu-se desenvolvimento às seguintes atividades:

- Administração, orientação e manutenção da rede de ensino agrícola em funcionamento.
- Recuperação e aparelhamento das unidades escolares, cujos patrimônios estavam a exigir medidas dessa natureza.
- Concentração em poucas unidades de recursos destinados a obras, evitando-se a pulverização das verbas de modo a permitir o aceleramento da construção das escolas consideradas em melhores condições.
- Intensificação das relações com as unidades escolares da DEA, através de viagens periódicas de

Curran

- inspeção e de "Encontros Regionais de Diretores"
- Formação e Treinamento de professores de disciplinas de cultura técnica e aperfeiçoamento dos professores de disciplinas de cultura geral.
 - Difusão de técnicas agrícolas através de Cursos Vocacionais e dinamização das relações escola-comunidade.
 - Aperfeiçoamento da equipe dirigente, através de viagens de estudos ao exterior.
 - Inauguração dos prédios do Colégio Agrícola de Uberlândia-MG, e do Ginásio Agrícola "General Vargas"-RS
 - Inauguração das atividades do Ginásio Agrícola de Rio Verde - Goiás, e do Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Baunilha Espírito Santo.
 - Aquisição e distribuição às unidades escolares de máquinas, viaturas e equipamentos diversos.

Foi transferida, pelo Decreto nº 61.678, de .. 13.11.67, para a Capital Federal, a Escola de Didática do Ensino Agrícola, passando a ocupar parte das instalações do Colégio Agrícola de Brasília. X

O ensino agrícola é totalmente público.

A matrícula, em 1967, foi de 14.191 alunos. Em 1965, teve 12.878 e, em 1966, 14.410.

Nos Centros de Tratoristas há cursos rápidos para a formação de operadores de máquinas agrícolas, tendo sido realizados 12 cursos, com a média de 15 a 20 alunos.

Foram instalados, junto a Ginásios, 5 cursos vocacionais agrícolas, visando a estimular os jovens que possuem vocação para as atividades agropastoris.

Foram instalados 5 cursos de economia doméstica, nas mesmas condições.

X Foi celebrado Convênio com a USAID, para expansão do ensino agrícola, em todo o país.

Cum

5. OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO MÉDIO

Estão surgindo no Brasil

~~Estão surgindo, no corrente ano,~~ os primeiros frutos da divisão do curso de enfermagem, que agora se situa^{te} em três níveis: o de auxiliar de enfermagem, corresponde ao 1º ciclo médio; o de enfermagem técnica, que corresponde ao 2º ciclo médio e, finalmente, o de enfermagem, que se situa ao nível superior.

Por outro lado, estão sendo diversificados cursos de nível médio, no campo das artes, conforme decisões tomadas pelo ~~Conselho~~ Conselho Federal de Educação. X

VI - ENSINO SUPERIOR

Sem embargo do descortino e do esforço desenvolvidos na gestão anterior, que equacionou e encaminhou a solução de vários problemas, a atual administração teve que dar, ainda, atenção aos seguintes:

1. Limitados cursos de pós-graduação e falta de oportunidades e incentivos à formação e aperfeiçoamento do professor de ensino superior.

2. Necessidade de implantar uma reforma universitária, que demanda, primeiramente, novas construções, ou ampliação das já existentes.

3. Falta de orientação profissional, o que tem contribuído para uma distribuição de matrícula pelas diversas modalidades de ensino, em desacôrdo com as necessidades de nosso desenvolvimento.

4. Falta de equipamentos ou existência de equipamentos inadequados ou inutilizáveis.

5. Baixo rendimento do sistema existente.

6. Acumulação de problemas administrativos, cuja solução não pode mais ser retardada.

Entre os problemas graves que a atual administração encontrou, deve-se destacar o dos chamados "excedentes", problema êsse que atingiu, no início da nova gestão, o seu ponto crítico. Tendo V.Exa. determinado a sua pronta solução, foram necessários esforços ingentes para alcançar os resultados de que se orgulha êste Ministério.

Para tal fim, foi necessária uma campanha pessoal de entendimento com as diversas escolas existentes, persuadindo-as a aceitar determinado contingente, contra a concessão de recursos financeiros. Foi, ainda, necessário estimular particulares para a criação de novos estabelecimentos, o que foi feito. Com isso, pôde o Ministério da Educação e Cultura matricular mais de 10.000 excedentes, tanto nas escolas existentes, quanto nas que foram autorizadas no corrente ano, a partir de 15 de março.

✓

As escolas criadas foram as 17 seguintes:

- 6 de medicina
- 4 de engenharia
- 3 de filosofia e educação
- 1 de ciências econômicas
- 1 de direito
- 2 de agronomia

Além disso, foram criados 17 novos cursos em escolas já autorizadas (vide anexo).

As escolas de medicina instituídas estão sediadas em Petrópolis, Campos, Santos, Rio Grande, Caxias do Sul e Mogi das Cruzes. Espera-se, todavia, que, no início do ano, sejam autorizadas mais quatro outras.

As quatro escolas de engenharia criadas foram duas em São Paulo (Capital e São José dos Campos), uma no Estado da Guanabara e uma no Rio Grande do Sul (Caxias do Sul).

A de Direito localiza-se no Estado de São Paulo (São Carlos).

A de Ciências Econômicas localiza-se no Rio Grande do Sul (Cachoeira do Sul).

As três de Filosofia e Educação localizam-se a de Educação na Bahia; uma em São Paulo (São José dos Campos) e uma outra em Minas Gerais (Capital).

As duas escolas de Agronomia criadas são: uma em Passo Fundo, onde a anterior aí existente tivera revogada a sua autorização. Outra, a da Universidade do Rio Grande do Norte, uma vez que o Conselho Federal de Educação aprovou o Estatuto dessa Universidade, onde se inclui a nova Escola.

O ensino superior que, em 1965, possuía a matrícula de 155.781 alunos, em 1966, passou a ter 180.109, atingindo, em 1967, a matrícula de 213.741 alunos. Esse último crescimento foi considerado bastante significativo, dadas as dificuldades financeiras com que se defronta o País.

Na repartição das matrículas, no ano de 1967, verifica-se que as faculdades de filosofia absorveram 51.289

50

alunos, seguindo-se as de direito com 42.499, as de engenharia com 30.894, administração e economia com 29.020 e medicina com 20.295. São essas as áreas mais procuradas pelos estudantes. Todavia, o País carece de outros profissionais, como de enfermeiros, dentistas. Nessa última modalidade, matricularam-se 7.413 alunos e, na enfermagem, apenas 1.538.

Algumas Universidades, por outro lado, destacaram seus Institutos, havendo maior procura pelo de Biologia, seguido pelo de Filosofia, Letras e Matemática. O Anexo explica a distribuição das matrículas em todos os cursos.

X ^{de} ~~Este ano~~ ^{de 1967} marcou o início da implantação da Reforma Universitária. Para isso, em prosseguimento ao Seminário de Ensino Superior realizado em 1966, foi realizado outro ^{em 1967} ~~no corrente ano~~, sob auspícios do Conselho Federal de Educação. ~~(cujos resultados foram os mais promissores.)~~

Outrossim, ~~no corrente ano~~ foram aprovados pelo Conselho Federal de Educação vários estatutos de Universidades, permitindo que, ~~no início do ano vindouro~~, elas se orientem decisivamente para uma nova política, com vistas à unificação de recursos financeiros e ao melhor aproveitamento dos recursos didáticos, evitando, assim, duplicidade de esforços para que possam operar em toda a sua plenitude, com a eliminação de capacidade ociosa.

Compreendendo-se que o ensino superior não se pode expandir a longo prazo, sem a formação dos recursos humanos necessários, de professores, pesquisadores e administradores, a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) vem firmando convênios com as Universidades, para que expandam sua estrutura física, se reequipem e se reinstalem. ~~No corrente ano~~ ^{em 1967} foram assinados, para êsse fim, convênios no valor de NCr\$ 3.990.920,00 (três milhões, novecentos e noventa mil e novecentos e vinte cruzeiros novos). Para que possam melhorar as condições de remuneração de seu corpo docen

ta, ainda, arcar com o alto ônus de seu funcionamento, foram concedidos recursos no valor de NCr\$ 4.747.925,00 (quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil, novecentos e vinte e cinco cruzeiros novos). Para contratação de professores estrangeiros, realização de cursos de aperfeiçoamento, conferências e reuniões, empregaram-se NCr\$ 137.688,75 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito cruzeiros e setenta e cinco centavos).

Para reuniões de professores, com objetivo de trocas de experiências, que tanto enriquecem os procedimentos didáticos, foi aplicada a importância de NCr\$ NCr\$ 64.028,30 (sessenta e quatro mil e vinte e oito cruzeiros novos e trinta centavos). X

X → ~~O programa de maior alcance é, sem dúvida, a concessão de bolsas de estudos, com vistas ao aperfeiçoamento dos professores e pesquisadores ^{no ensino superior} e que, no corrente ano, correspondeu ^{em 1967} a um auxílio no valor de NCr\$... NCr\$ 4.086.900,00 (quatro milhões, oitenta e seis mil e novecentos cruzeiros novos) - beneficiando 827 bolsistas no Brasil, 118 no estrangeiro e, ainda, dando auxílio para complementar 78 bolsas no estrangeiro.~~ X

X Para a importação de material didático, a CAPES auxiliou nas despesas alfandegárias, no montante de NCr\$ 40.725,00 (quarenta mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros novos).

Envidando esforços no sentido de formar Meteorologistas, a Campanha de Ensino de Meteorologia, vinculada à Diretoria do Ensino Superior, ^{em 1967} despendeu, ~~no corrente ano,~~ a quantia de NCr\$ 31.260,00 (trinta e um mil, duzentos e sessenta cruzeiros novos), celebrando convênio com a Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a realização dos referidos cursos. X

→ Para auxiliar os cursos ^{superiores} de graduação, foram concedidas, pela ~~mesma~~ Diretoria do Ensino Superior ^{do MEC} bolsas de estudos, sendo distribuída às Faculdades, por meio de convênios, a verba de NCr\$ 552.630,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta cruzeiros novos), além

bolsas

do MEC

↓

de 156 bolsas que a própria Diretoria deu aos interessados, no valor de NCr\$ 347.370,00 (trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e setenta cruzeiros novos), perfazendo o total de NCr\$. NCr\$ 900.000,00 (novecentos cruzeiros novos). ~~(E a maneira pela qual, paulatinamente, se abre a igualdade de oportunidade aos estudantes de nível superior.)~~

mas

~~Um dos programas de maior interesse, pelo que significa de política de boa vizinhança, foi a concessão de 222 bôlsas a estudantes estrangeiros, da América Latina, através de convênios realizados, sendo atendidos 14 países diferentes.~~ X

na

Quando se iniciou o período desta administração, encontramos vários entendimentos encaminhados anteriormente. Dada, porém, a necessidade de programas de emergência, o Governo determinou, através de decreto, a sustação dos convênios anteriormente assinados, que representavam a importância de NCr\$ 8.880.966,48.

Foram celebrados convênios com aproveitamento dos saldos verificados, de 1964 e 1966, no valor de NCr\$ NCr\$ 474.500,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros novos) e, além dos convênios firmados para resolver o problema agudo dos excedentes, a que nos referimos, no valor de NCr\$ 7.286.024,23 (§), foram feitos convênios, pela Diretoria do Ensino Superior, no valor de NCr\$ 17.861.947,90 (de zessete milhões, oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e sete cruzeiros e noventa centavos).

A maior parte das verbas destina-se a investimentos nas escolas, no sentido de obter a expansão das matrículas do ensino superior, consideradas ainda insuficientes ao ritmo do desenvolvimento econômico empreendido pelo atual Governo.

Prevê-se que, com a execução da Reforma Administrativa, se venham a reunir, numa mesma Diretoria, os di

(§)NOTA: Os compromissos da Diretoria do Ensino Superior eram superiores, mas esta foi a quantia paga. Pelo Decreto nº 61.958, de 22/2/67, foi aberto o crédito de NCr\$15.688.747,11, que vai permitir saldar, em 1968, os compromissos de 1967.

versos setores ora empenhados no desenvolvimento do ensino superior, facilitando a execução dos planos.

Nove Universidades brasileiras foram contempladas, ^{em 1967,} no corrente ano, com o empréstimo de US\$ 25.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), concedidos pelo BID. Isso significará que serão acelerados seus processos de reforma, para permitir, dentro em breve, a ampliação de matrículas, sem o sacrifício da qualidade do ensino superior.

~~Procura-se, por todos os meios, disciplinar a articulação entre o nível médio e o primário e, nesse sentido, tem sido excelente a contribuição do Conselho Federal de Educação.~~

~~De qualquer maneira,~~ ^A Diretoria do Ensino Superior está envidando ~~os maiores~~ esforços no sentido de acelerar a reestruturação dos estabelecimentos de ensino superior, para ampliação de vagas, reorientação de estudantes, estabelecimento de uma conexão entre ensino e realidade social, [/] (para que consiga os resultados que V.Exa. almeja alcançar no período de seu mandato.)

VII - OUTROS PROGRAMAS EDUCACIONAIS

1. Educação Física

~~X~~ ^{de Ed. Física do Dep. Ant. Univ. de Ed. (MEC),} Através da Divisão ~~competente,~~ prosseguiu-se no programa de Educação Física e Desportos, realizando torneios, campeonatos estudantis, estaduais e nacionais. Objetivou-se, com isso, despertar nos jovens o espírito sadio da competição. Foram firmados convênios com entidades públicas, às quais foram entregues cerca de 400 parques de recreação infantil, que constituem elementos indispensáveis ao desenvolvimento das crianças e ao processo de sua socialização. ~~X~~

2. Educação Cívica

~~X~~ No intuito de contribuir para a educação cívica, foram editados e distribuídas monografias da Coleção

54

"Educação Cívica" em 12 volumes, e editada a Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo. X

3. Centro de Orientação e Proteção Comunitária

X Com o objetivo de orientar a preparação de técnicos em proteção comunitária, vem o ~~SOPROC~~ realizando ^{centros de Orient. e Prot. Comunitária} vários cursos-modelos de preparação de socorristas sociais de emergência, com a frequência atual de 1.500 alunos. X CAME

4. Escolas de Fronteiras

Um prévio levantamento, feito pelo Ministério da Educação e Cultura, em torno das escolas de Fronteiras, dentro da faixa de 150 quilômetros no território nacional, demonstrou que 375 municípios carecem de escolas. Desses, 123 localizam-se no Rio Grande do Sul; 99 no Paraná; 69 em Santa Catarina; 46 em Mato Grosso e os 38 restantes, nos Estados do Acre, Amazonas e Pará e nos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima. Os mesmos dados esclarecem que aproximadamente 400.000 crianças não frequentam escolas nessa localidades.

Para atender a esse "deficit", o Ministério da Educação e Cultura realizou convênios, com Estados e Territórios assumindo compromissos para distribuição de recursos, num total aproximado de NCr\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil cruzeiros novos), em 1966, ainda não totalmente liberados, e espera, dependendo da prestação de contas dos Estados, canalizar mais NCr\$ 900.000,00 (noventa mil cruzeiros novos), relativos ao ano de 1967.

Foram beneficiadas 192 escolas, em 92 municípios, para construção de 324 salas de aula, com a entrega de: NCr\$ 1.007.280,00 (um milhão, sete mil e duzentos e oitenta cruzeiros novos).

5. Semana da Comunidade

Com início em 18 de setembro, em todo o País, realizou-se a primeira Semana da Comunidade, instituída pelo Decreto nº 60.081 do corrente ano. X Objetiva a iniciativa di

fundir conhecimentos sobre alimentação escolar da sua adaptação às características sócio-econômicas das diversas regiões brasileiras e incentivar a associação dos indivíduos da comunidade em atividades produtivas.

6. Educação Extra-Escolar

Orientando e coordenando, em todo o País, as atividades educativas e culturais de natureza extra-escolar, bem como as de caráter assistencial aos estudantes, a Divisão de Educação Extra-Escolar, através da Campanha de Assistência ao Estudante, distribuiu uma soma de recursos que ascendeu a NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos). Além disso, distribuiu para os Diretórios estudantis e Associações estudantis-farto material de natureza cívico-cultural.

*Assist
estud*

7. Educação Musical

* Transformou-se o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico em Instituto Villa-Lobos, dando-lhe responsabilidade da educação musical e da pesquisa, transformando-o em Primeiro Centro de Pesquisa Musical da América do Sul, pois tal terá condições de pesquisa fundamental do som-imagem, música concreta, eletrônica, cibernética, enfim, da linguagem musical contemporânea. *

8. TV Educativa

A instalação e o principiamto de Fundação de Televisão Educativa veio trazer um instrumento de grande alcance para a disseminação do ensino às massas.

VIII - COMISSÃO DO LIVRO TÉCNICO E DO LIVRO DIDÁTICO

ajuda

A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), tem por presidente nato o Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura.

Foi criada com o objetivo de instalar, ampliar e reequipar bibliotecas nos três níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para o maior êxito das tarefas de professores e alunos.

O Plano de Aplicação da COLTED, parte integrante do Convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura, o Sindicato dos Editores de Livros e a USAID, estabeleceu a necessidade de serem concretizados, prioritariamente, os seguintes projetos:

1. aquisição de títulos já publicados, destinados a constituírem bibliotecas;
2. plano de novos títulos;
3. planejamento das grandes tiragens (adiado para o ano vindouro).

Relativamente ao primeiro ponto, previu a aquisição de livros de modo que se constituíssem 8.000 bibliotecas, divididas pelos três níveis de ensino. ~~Foram~~ foram distribuídas ... 17.000 bibliotecas para as escolas primárias, sendo 15.000 através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e 2.000 através do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário, do Departamento Nacional de Educação.

No nível médio, foram distribuídas 5.410 bibliotecas, a saber:

- a) secundário ginásial: 2.500
- b) secundário colegial: 1.000
- c) ensino agrícola: 110
- d) ensino industrial: 200
- e) ensino comercial: 600
- f) ensino normal: 1.000

Foi iniciada a distribuição das bibliotecas de nível superior, entregues 589 apenas. Ao ensino militar foram doadas 25 bibliotecas.

ua A seleção desses livros é feita por comissões que contam com representantes dos órgãos, interessados e especialistas em vários campos.

→X Em resumo, foram distribuídas 23.024 bibliotecas com cerca de 8.000.000 de livros. ~~(fato esse inédito no nosso País.~~

É fácil consignar a importância dessa programação. Os professores terão, agora, oportunidade de se atualizarem, pois as bibliotecas são selecionadas de acordo com critérios objetivos, segundo as áreas mais necessitadas, destinando-se a professores e alunos.

Além de professores e alunos ficarem dispensados de aquisição da maioria dos livros de que se utilizam - agora incluídos na biblioteca - disporão de maiores fontes para enriquecer os seus conhecimentos.

X Foram aplicados recursos no montante de NCr\$ 20.323.473,45 (vinte milhões, trezentos e vinte e três mil, quatrocentos e setenta e três cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos). Dada a necessidade de fornecer estantes para as novas bibliotecas, as despesas abrangem também a aquisição e distribuição do referido material. X

A edição de livros novos, especialmente no campo do ensino superior, vem baratear, consideravelmente, os estudos, pois é de todos conhecido o alto custo do livro estrangeiro e a pequena bibliografia nacional para esse nível.

IX - RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO

A Educação, embora base do desenvolvimento, reflete também este desenvolvimento, daí dizer-se que se trata de um processo circular.

Consideram-se insuficientes os recursos orçamentários tanto mais que, para atender situações de equilíbrio na política financeira geral, são feitos cortes segundo um plano de contenção de despesas.

Não obstante, conseguiu-se um aumento das verbas orçamentárias destinadas, em 1967, ao Ministério da Educação e Cultura, através de créditos especiais e suplementares, no montante de NCr\$ 147.700.918,46 (cento e quarenta e sete milhões, setecentos mil e novecentos e dezoito cruzeiros novos e quarenta e seis centavos). Para 1968, houve um aumento de 41,3% das verbas em relação ao orçamento de 1967, o que representa o interesse prioritário do Governo.

Pelo Decreto nº 60.730, de 19 de maio de 1967, criou-se, neste Ministério, uma Comissão Especial para promover estudos e consecução de recursos destinados a atividades educacionais e culturais.

Vale salientar a obtenção de empréstimo no valor de US\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares), destinados a equipamentos de Universidades e estabelecimentos 1

solados de ensino superior, de ensino médio industrial e agrícola, bem como para a expansão da COLTED.

X - NOVAS RESPONSABILIDADES DO MINISTÉRIO

1. O Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, completado pelo de nº 60.891, de 22 de junho de 1967, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura.

X 2. O Decreto nº 61.150, de 10 de agosto de 1967, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura o sistema escolar dos territórios.

X 3. O Decreto nº 61.015, de 14 de julho de 1967, transfere para o Ministério da Educação e Cultura órgãos vinculados ao Serviço de Alimentação e Previdência Social.

X 4. A Portaria Ministerial nº 605-A, de outubro de 1967, criou um Grupo de Trabalho, visando a dar atenção especial ao problema dos superdotados na escola brasileira. X

TERCEIRA PARTE

C U L T U R A

O Conselho Federal de Cultura foi criado pelo Decreto-lei nº 74, de 7 de novembro de 1966 e instalado no corrente ano. Seu objetivo é coordenar as atividades culturais do Ministério da Educação e Cultura e elaborar o Plano Nacional de Cultura.

As suas principais realizações, no corrente ano, além do Plano Nacional de Cultura, já ultimado e aprovado, foi o exame de variada matéria, inclusive o Acôrdo Ortográfico-~~do~~ Brasil-Portugal, bem como a concessão de auxílios, mediante convênios, a várias instituições culturais, para promoverem seus programas.

X Entre as atividades de cultura dos demais órgãos, devemos citar, como mais importantes, as seguintes:

X 1. Do Museu Histórico Nacional - a realização do curso de Museus, que se prepara para a transformação em Faculdade de Museologia. (Associando-se a várias comemorações, o Museu contribuiu para a expansão do programa de ensino e de cultura. A ele pertence, também, o Museu da República, recebendo, da mesma forma, a visitação pública. Incluindo-se, também, o Museu Imperial de Petrópolis.)

nos

X 2. Do Instituto Nacional do Livro - a instituição de prêmios destinados a obras já publicadas e a outras inéditas, no campo da ficção, da poesia, do teatro, da História do Brasil e de ensaio literário, e de crítica literária e lingüística, estimulou a produção de nossos escritores. Esse órgão firmou importante convênio com a COLTEC. Planeja publicar as seguintes coleções:

↓

- a) Cultura Brasileira, com 4 séries: obras raras; textos críticos; estudos e bibliografia.
- b) Divulgação Cultural, com 2 séries: iniciação cultural e versão de livros de autores nacionais, para seu conhecimento no estrangeiro.
- c) Periódicos: bibliografia brasileira corrente; Revista do Livro; boletim bibliográfico mensal.

Cumpra salientar que a Revista do Livro foi inteiramente remodelada.

Estão em andamento obras da Secção da Enciclopédia e do Dicionário.

Foram fixadas diretrizes para aquisição de obras destinadas a Bibliotecas Públicas.

A Campanha Nacional do Livro, vinculada a esse órgão, realizou vários cursos avulsos sobre temas de biblioteconomia. Assinou convênios com várias bibliotecas, no valor de R\$ 50.730,00 (cinquenta mil, setecentos e trinta cruzeiros novos).

X 3. O Museu Villa-Lobos realizou, no corrente ano, o Festival Internacional Villa-Lobos e concedeu prêmios.

X 4. O Observatório Nacional, auxiliado pelo Conselho Nacional de Pesquisas, realizou diversas pesquisas e trabalhos práticos. Publicou o Anuário do Observatório Nacional, distribuindo 800 exemplares a instituições interessadas.

X 5. O Museu Nacional de Belas Artes patrocinou 10 exposições de particulares e realizou 6 oficiais. Promoveu a realização de diversas conferências / (Instituiu concurso de cartazes. Adquiriu obras de arte. Realizou um curso de "Crítica e História da Arte", sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Museologistas e o curso de Cinema sob o tema "Conhecimentos básicos de Cinema".

6. A Biblioteca Nacional aumentou o seu acervo, necessitando, porém, de profunda reforma para garantir a segurança dos preciosos livros nela reunidos. É de assinalar-se a relevante obra didática e cultural aí desenvolvida pelo Curso de Biblioteconomia.

X 7. O Instituto Nacional do Cinema, criado no final de 1966, iniciou, em maio do corrente ano, suas atividades, editando revista e premiando artistas e técnicos cinematográficos nacionais. Promoveu medidas para a promoção e valorização do cinema brasileiro. / (Entre suas atividades incluem-se: distribuição do Prêmio INC aos artistas e técnicos cinematográficos nacionais; edição da revista de cultura e informação cinematográfica "FILME CULTURA"; criação do Certificado de Exibição Obrigatória do Filme Nacional de

Longa Metragem; financiamento para a importação de equipamento para produção cinematográfica; convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação e Cultura; realização da Semana de Cinema Brasileiro; edição de catálogo informativo do Instituto Nacional do Cinema; produção de filmes e diafilmes educativos, culturais e artísticos; instalação de Filмотeca, técnica e aparelhada.

2007
8. A Divisão de Educação Extra-Escolar organizou excelente Programa Musical para a Juventude, exibindo grandes artistas nacionais, tanto no Auditório do Ministério da Educação e Cultura, quanto em Estados distantes. Contribuiu, dessa forma, para o programa de difusão cultural.

X
9. O Serviço de Radiodifusão Educativa, entre suas atividades, apresenta mais uma edição fonográfica - Música Moderna Brasileira - Série Brasileira. Com convênio com a Odeon S.A. - De 15 de março a 15 de outubro, foram realizados 29 concertos. O Serviço de Radiodifusão Educativa compreende três emissoras educativas: Rádio Ministério da Educação e Cultura (GB), Rádio Educadora de Brasília (DF) e Rádio Sirena de Leopoldina (MG).

2008
10. Museu Imperial - inaugurada no dia 13 de maio a Exposição Comemorativa do Segundo Centenário do Nascimento de Dom João VI. Reabertura do 2º pavimento do Palácio Imperial. Foram realizadas sessões no Auditório do Museu, abrangendo cursos de especialização, conferências, simpósios, sessões artísticas, etc.

X
Com a criação do Conselho Federal de Cultura, está-se fazendo melhor articulação das atividades culturais do Ministério, visando ao seu desenvolvimento unificado e ao seu crescente aprimoramento. X

QUARTA PARTE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que se expôs, verifica-se que, nos oito meses de administração, o Ministério da Educação e Cultura produziu resultados positivos, que os números confirmam.

Embora a concretização de várias iniciativas tivesse sujeita a ajustamentos sugeridos durante a sua execução, por força da necessidade de sistematização de medidas tendentes a tornar mais eficaz a atuação dos diversos órgãos do Ministério, os problemas básicos da educação foram objeto da permanente atenção das autoridades, que procuraram conceder-lhes a solução reclamada. Se esta nem sempre correspondeu, em termos exatos, à equação estabelecida, deve-se considerar a limitação imposta pelos recursos humanos e financeiros e, sobretudo, a complexidade de delineamento dos planos de educação. Refiro-me a Planos de Educação no sentido de posição assumida pelo Estado diante do desafio pedagógico dos tempos atuais e não, apenas, a programas ou metas sem conteúdo ideológico, conquanto de valia indiscutível.

Esta segunda causa é a que vem preocupando o Governo e este Ministério.

Descobrir caminhos de orientação para o homem proporcionar-lhe condições de realização integral, é tarefa que demanda esforço conjugado dos setores do Estado, pois sem o conhecimento das necessidades do povo, das suas aspirações espirituais e materiais, e afastados da compreensão das transformações por que passam o mundo e o Brasil não podemos, na verdade, corporificar diretrizes capazes de atender aos fins colimados pelo Estado.

Neste labor incessante e árduo, este Ministério tem sido assistido pelos seus órgãos normativos, especialmente os de cúpula - Conselho Federal de Educação e Conselho Federal de Cultura -, cuja atividade produtiva e demonstradora de aguda percepção das crises, no sentido profundo de opção ou escolha, há-de ser justamente salientada.

Por outro lado, a grande luta para enfrentar

problemas de emergência foi coroada de êxito, tendo sido superado, em 1967, o ponto crítico do problema dos "excedentes".

No tocante à alfabetização deu-se ênfase à luta contra os índices elevados de crianças e adultos iletrados, criando-se novas frentes de atuação, com instrumentos mais poderosos. Aqui, a coincidência de pontos de vista e o esforço conjunto de vários setores do Governo criaram condições favoráveis ao êxito da luta. O Congresso Nacional que tem demonstrado compreensão das necessidades no campo educacional e cultural está sempre atento aos reclamos do Ministério e vem-lhe proporcionando, no contexto das diretrizes traçadas pelo Governo, os meios disponíveis à consecução dos seus objetivos.

É oportuno reafirmar, outrossim, que a celebração de contratos de empréstimos, para financiamento parcial de programas de ensino, vieram testemunhar a confiança depositada na orientação de V.Exa. por instituições financeiras internacionais.

O prestígio da atuação do nosso País, junto a organismos políticos panamericanos e sulamericanos, ficou fortalecido no decorrer de 1967 e tende a desenvolver-se.

Para a Organização dos Estados Americanos foram preparados importantes projetos, para a discussão de Caracas, em fevereiro próximo:

- 1 - Criação de um Laboratório Atelier, na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- 2 - Instalação do Museu de Artes de São Paulo.
- 3 - Construção e instalação do Centro Cultural de Brasília.
- 4 - Reorganização da Biblioteca Nacional.
- 5 - Instalação de unidades culturais em 15 localidades brasileiras, para educação assistemática.
- 6 - Audiovisuais: material didático de projeção para professores e alunos.
- 7 - Instalação do Museu Pedagógico.
- 8 - Alfabetização de adultos.
- 9 - Formação de mão-de-obra qualificada para o ensino rural.
- 10 - Programa para estabelecer condições e pressupostos da mudança na política educacional.
- 11 - Estudos dos progressos realizados na aprendizagem industrial pelos países americanos.

- 12 - Planejamento da Escola Integrada Brasileira, de 8 anos.
- 13 - Plano Piloto, visando à normalização do fluxo de alunos na escola primária.
- 14 - Criação da Faculdade Interamericana de Educação para preparação de pessoal em nível de pós-graduação nas ciências e técnicas pedagógicas.
- 15 - Treinamento de analistas e pesquisadores nos diferentes campos das Ciências Sociais.
- 16 - Instalação do Centro Internacional de Processamento e Computação do Censo Universitário.
- 17 - Formação de mão-de-obra especializada para indústria gráfica na América Latina.
- 18 - Preparação de professores de Artes Industriais para o 1º ciclo do ensino secundário.
- 19 - Aperfeiçoamento de professores de Ciências Físicas e Biológicas (1º ciclo secundário) e Física, Química e Biologia (2º ciclo secundário).
- 20 - Melhoria do rendimento do ensino na 1ª série primária.
- 21 - Preparação de especialistas em Administração Escolar.
- 22 - Criação e implantação do Centro Interamericano de Planejamento Universitário.
- 23 - Formação e aperfeiçoamento dos professores das disciplinas para o ensino técnico.
- 24 - Instalação de uma Assessoria Técnica para programas de preparação de mão-de-obra acelerada.
- 25 - Formação de técnicos ceramistas.
- 26 - Formação de técnicos de indústria textil, em São Paulo.
- 27 - Formação de técnicos de indústria textil, na Guanabara.

Finalizando, cabe-me dizer que o Ministério de Educação e Cultura conhece a magnitude dos problemas a serem resolvidos e, com a colaboração dos seus órgãos normativos e dos demais setores da Administração federal, cuidará de fixar, em termos, consentâneos com a realidade sociológica do País, uma ação educativa profícua e duradoura.

A N N E X O S

A ATUAL ORGANIZAÇÃO DO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SISTEMATIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, POR SUAS FINALIDADES, em 31/12/1967.

I - ÓRGÃOS GERAIS

A - ÓRGÃOS NORMATIVOS

1. Conselho Federal de Educação
2. Conselho Federal de Cultura
3. Conselho Nacional de Desportos

B - ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA

1. Gabinete do Ministro
 - 1.1 - Chefia
 - 1.2 - Assessoria Técnica
2. Consultoria Jurídica (em Brasília e sua representação no Estado da Guanabara).
3. Divisão de Segurança e Informações

C - ÓRGÃOS CENTRAIS DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTRÔLE FINANCEIRO

1. Secretaria Geral
 - 1.1 - Gabinete
 - 1.2 - Núcleo de Planejamento
 - 1.3 - Núcleo de Orçamento
 - 1.4 - Núcleo de Coordenação
 - 1.5 - Assessoria Jurídica
 - 1.6 - Serviço de Administração
 - 1.7 - Secretaria Executiva do Plano Nacional de Educação
 - 1.8 - Secretaria Executiva do Plano Nacional de Cultura
 - 1.9 - Serviço de Documentação
 - 1.10 - Serviço de Estatística da Educação e Cultura
2. Inspeção Geral de Finanças (em implantação)
 - 2.1 - Divisão de Administração Financeira
 - 2.2 - Divisão de Contabilidade
 - 2.3 - Divisão de Auditoria
 - 2.4 - Serviço de Administração

D - ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. Departamento de Administração

- 70
- 1.1 - Seção de Organização
 - 1.2 - Rede de Telecomunicações do MEC
 - 1.3 - Divisão do Pessoal
 - 1.4 - Divisão do Material
 - 1.5 - Divisão de Obras
 - 1.6 - Divisão do Orçamento
 - 1.7 - Serviço de Transportes
 - 1.7.1 - Setor de Transportes da Guanabara
 - 1.8 - Serviço de Administração do Palácio da Cultura
 - 1.9 - Serviço de Administração da Sede (Brasília).
 - 1.10 - Serviço de Comunicações

II - ÓRGÃOS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA

- 1. Departamento Nacional de Educação
 - 1.1 - Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (em estruturação)
 - 1.2 - Divisão de Educação Física
 - 1.2.1 - Campanha Nacional de Educação Física
 - 1.2.2 - Inspetorias Seccionais
 - 1.3 - Divisão de Educação Extra-Escolar
 - 1.3.1 - Campanha de Assistência ao Estudante
 - 1.4 - Campanha Nacional de Alimentação Escolar
 - 1.5 - Fundação Nacional de Material Escolar
 - 1.6 - Centro de Orientação e Proteção Comunitária
 - 1.7 - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário
- 2. Conselho Nacional de Serviço Social
- 3. Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa
- 4. Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED)
- 5. Coordenação Nacional de Bôlsas de Estudo (CONABE)

III - ÓRGÃOS DE SUPERVISÃO DO ENSINO

- 1. Diretoria do Ensino Agrícola
- 2. Diretoria do Ensino Secundário
 - 2.1 - Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES)
 - 2.2 - Inspetorias Seccionais
- 3. Diretoria do Ensino Comercial
 - 3.1 - Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial
 - 3.2 - Inspetorias Regionais

4. Diretoria do Ensino Superior
 - 4.1 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
 - 4.2 - Campanha de Formação de Meteorologistas
 - 4.3 - Inspetorias Federais
5. Diretoria do Ensino Industrial
 - 5.1 - Grupo Executivo do Ensino Industrial
 - 5.2 - Comissão do Material Didático para o Ensino Industrial
 - 5.3 - Centro Piloto de Educação de Adolescentes e Adultos
6. Diretoria do Ensino nos Territórios e Fronteiras
 - 6.1 - Inspetorias do Ensino nos Territórios
7. Junta Especial do Ensino Livre

IV - ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO ENSINO

1. De Ensino Médio

1.1 - Secundário

- 1.1.1 - Colégio Pedro II (internato e externato)
autarquia.

1.2 - Comercial

- 1.2.1 - Colégio Comercial Professor Clóvis Salgado - GB
- 1.2.2 - Escola Técnica de Hotelaria - GB
- 1.2.3 - Escola Técnica de Hotelaria - SP
- 1.2.4 - Escola Técnica de Hotelaria - RS

1.3 - Agrícola

- 1.3.1 - Ginásio Agrícola do Amazonas - Manaus - AM
- 1.3.2 - Ginásio Agrícola "Mancel Barata"-Belém- PA
- 1.3.3 - Colégio Agrícola do Maranhão - S.Luiz - MA
- 1.3.4 - Curso de Preparação de Economia Doméstica-Rural de Pinheiro - Pinheiro - MA
- 1.3.5 - Colégio Agrícola de Teresina-Teresina - PI
- 1.3.6 - Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira - Lavras da Mangabeira - CE
- 1.3.7 - Colégio Agrícola de Crato (em construção)- Crato - CE
- 1.3.8 - Colégio Agrícola "Gonçalves de Carvalho" - (em construção) - Iguatu - CE
- 1.3.9 - Colégio de Economia Doméstica Rural " Elza Barreto" - Iguatu - CE
- 1.3.10 - Ginásio Agrícola "Juvenal Galeno"- Pacatuba - CE

- 1.3.11 - Ginásio Agrícola de Acopiara (em construção) Fortaleza - CE
- 1.3.12 - Ginásio Agrícola de Granja - Fortaleza - CE
- 1.3.13 - Ginásio Agrícola de Guaraciaba do Norte (em construção) Fortaleza - CE
- 1.3.14 - Ginásio Agrícola "Capitão Plácido" - cedido ao governo do Estado do Ceará, pelo Decreto nº 56.419, de 4.6.65
- 1.3.15 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Várzea Alegre - Várzea Alegre - CE
- 1.3.16 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola de Lavras da Mangabeira - Lavras da Mangabeira - CE
- 1.3.17 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio de Economia Doméstica Rural "Elza Barreto" - Iguatu - CE
- 1.3.18 - Centro de Tratoristas de Itapipoca - Itapipoca - CE
- 1.3.19 - Ginásio Agrícola de Ceará-Mirim - Ceará-Mirim - RN
- 1.3.20 - Ginásio Agrícola de Currais Novos - Currais Novos - RN
- 1.3.21 - Ginásio Agrícola de Angicos - cedido ao governo do Estado pelo Decreto nº 55.587, de 18.1.65.
- 1.3.22 - Ginásio Agrícola de Canguaretama - RN - cedido ao governo do Estado pelo Decreto nº 55.587, de 18.1.65
- 1.3.23 - Ginásio Agrícola de Martins - cedido ao governo do Estado pelo Decreto nº 55.587, de 18.1.65.
- 1.3.24 - Ginásio Agrícola de Pau dos Ferros - cedido ao governo do Estado pelo Decreto nº 55.578, de 18.1.65.
- 1.3.25 - Ginásio Agrícola de Santa Cruz - cedido ao governo do Estado pelo Decreto nº 55.587, de 18.1.65.
- 1.3.26 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Caicó - Caicó - RN
- 1.3.27 - Centro de Tratoristas de Açu - Ipanguaçu - RN
- 1.3.28 - Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros" - Bananeiras - PB
- 1.3.29 - Colégio de Economia Doméstica Rural de Souza - Souza - PB
- 1.3.30 - Ginásio Agrícola de Catolé do Rocha - Catolé do Rocha - PB
- 1.3.31 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros" Bananeiras - PB
- 1.3.32 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Souza - Souza - PB
- 1.3.33 - Centro de Tratoristas de João Pessoa - PB
- 1.3.34 - Colégio Agrícola "João Coimbra" - Barreiros - PE

- 1.3.35 - Colégio de Economia Doméstica Rural "João Cleofas" - Vitória de Santo Antão - PE
- 1.3.36 - Colégio Agrícola de Palmares - Palmares - PE
- 1.3.37 - Ginásio Agrícola de Escada - Escada - PE
- 1.3.38 - Ginásio Agrícola de Belo Jardim (em construção) - Belo Jardim - PE
- 1.3.39 - Ginásio Agrícola de Exu (em construção) - Exu - PE
- 1.3.40 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Petrolina - Petrolina - PE
- 1.3.41 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola "João Coimbra" - Barreiros - PE
- 1.3.42 - Colégio Agrícola Floriano Peixoto - Satuba - AL
- 1.3.43 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Floriano Peixoto - Satuba - AL
- 1.3.44 - Colégio Agrícola Benjamim Constant - Quissana - SE
- 1.3.45 - Curso Técnico de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Benjamim Constant - Quissana - SE
- 1.3.46 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Benjamim Constant - Quissana - SE
- 1.3.47 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Benjamim Constant - Maruim - SE
- 1.3.48 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Benjamim Constant - Santo Antônio - SE
- 1.3.49 - Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos - Catu - BA
- 1.3.50 - Colégio Agrícola Sérgio de Carvalho (em construção) - Vitória da Conquista - BA
- 1.3.51 - Ginásio Agrícola de Caetité (em construção) - Caetité - BA
- 1.3.52 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Santo Amaro - Santo Amaro - BA
- 1.3.53 - Colégio Agrícola Diaulas Abreu - Barbacena - MG
- 1.3.54 - Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde - Montes Claros - MG
- 1.3.55 - Colégio Agrícola de Januária - Januária - MG
- 1.3.56 - Colégio Agrícola de Muzambinho - Muzambinho - MG
- 1.3.57 - Colégio Agrícola de Uberlândia - (em construção) - Uberlândia - MG
- 1.3.58 - Colégio de Economia Doméstica Rural Licurgo Leite - Uberlândia - MG
- 1.3.59 - Curso Técnico de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Diaulas Abreu - Barbacena - MG

- 1.3.60 - Curso Técnico de Economia Doméstica Rural da Fazenda do Rosário - Ibirité - MG
- 1.3.61 - Ginásio Agrícola de Rio Pomba - Rio Pomba - MG
- 1.3.62 - Ginásio Agrícola Visconde de Mauá - Inconfidentes - Ouro Fino - MG
- 1.3.63 - Ginásio Agrícola de Machado - Machado - MG
- 1.3.64 - Ginásio Agrícola de Salinas - Salinas - MG
- 1.3.65 - Ginásio Agrícola de São João Evangelista - São João Evangelista - MG
- 1.3.66 - Ginásio Agrícola de Bambuí - Bambuí - MG
- 1.3.67 - Ginásio Agrícola de Tarumirim (em construção) Tarumirim - MG
- 1.3.68 - Curso Vocacional Agrícola de Economia Doméstica de Muriaé - Muriaé - MG
- 1.3.69 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Rio Preto - Rio Preto - MG
- 1.3.70 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica da Fazenda do Rosário - Ibirité - MG
- 1.3.71 - Curso Vocacional Agrícola de Baependi - Baependi - MG
- 1.3.72 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Guarani - (em fase de instalação) Guarani - MG
- 1.3.73 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Guaxupé - Guaxupé - MG
- 1.3.74 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural da Fazenda do Rosário - Ibirité - MG
- 1.3.75 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Paracatu - Paracatu - MG
- 1.3.76 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Passos - Passos - MG
- 1.3.77 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Ginásio Agrícola de Rio Pomba - Rio Pomba - MG
- 1.3.78 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Diáulas Abreu - Barbacena - MG
- 1.3.79 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio de Economia Doméstica Rural Licurgo Leite - Uberaba - MG
- 1.3.80 - Centro de Tratoristas de Bambuí - Bambuí - MG
- 1.3.81 - Centro de Tratoristas de Caratinga - Caratinga - MG
- 1.3.82 - Centro de Tratoristas de Ituiutaba - Ituiutaba - MG
- 1.3.83 - Centro de Tratoristas de Sete Lagoas - Sete Lagoas - MG
- 1.3.84 - Colégio Agrícola de Santa Tereza - São João de Petrópolis - ES
- 1.3.85 - Colégio Agrícola de Alegre - Alegre - ES
- 1.3.86 - Ginásio Agrícola de Colatina - Itapina - ES

- 21
- 1.3.87 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Jerônimo Monteiro - Jerônimo Monteiro - ES
 - 1.3.88 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Nova Venécia - Nova Venécia - ES
 - 1.3.89 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Ginásio Agrícola de Colatina - Itapina - ES
 - 1.3.90 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola de Santa Teresa - São João de Petrópolis - ES
 - 1.3.91 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Baunilha - Baunilha - ES
 - 1.3.92 - Colégio Agrícola Nilo Peçanha - Pinheiral - RJ
 - 1.3.93 - Curso Técnico de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Nilo Peçanha-Pinheiral- RJ
 - 1.3.94 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Cantagalo - Cantagalo - RJ
 - 1.3.95 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural junto à Escola São José - Heliópolis-RJ
 - 1.3.96 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Nilo Peçanha - Pinheiral - RJ
 - 1.3.97 - Centro de Tratoristas de Campos - Campos-RJ
 - 1.3.98 - Escola de Didática do Ensino Agrícola - Rio de Janeiro - GB
 - 1.3.99 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Rolândia - Rolândia - PR
 - 1.3.100 - Curso Vocacional Agrícola e de Economia Doméstica de Araucária - Araucária - PR
 - 1.3.101 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural de Prudentópolis - Prudentópolis - PR
 - 1.3.102 - Centro de Tratoristas de Irati - Irati - PR
 - 1.3.103 - Centro de Tratoristas de Londrina-Londrina-PR
 - 1.3.104 - Colégio Agrícola de Camboriu - Camboriu- SC
 - 1.3.105 - Ginásio Agrícola de Concórdia-Concórdia- SC
 - 1.3.106 - Ginásio Agrícola Senador Gomes de Oliveira-Araquari - SC
 9. 1.3.107 - Colégio Agrícola Visconde da Graça - Pelotas - RS
 - 1.3.108 - Colégio Agrícola de Alegrete - Alegrete - RS
 - 1.3.109 - Colégio de Viticultura e Enologia de Bento Gonçalves - Bento Gonçalves - RS
 - 1.3.110 - Colégio de Economia Doméstica Rural Visconde da Graça - Pelotas - RS
 - 1.3.111 - Ginásio Agrícola de Passo Fundo - Passo Fundo - RS
 - 1.3.112 - Ginásio Agrícola de Frederico Westphalen - Frederico Westphalen - RS
 - 1.3.113 - Ginásio Agrícola de Erechim - Erechim - RS

- 1.3.114 - Ginásio Agrícola de General Vargas - General Vargas - RS
- 1.3.115 - Curso Vocacional Agrícola de Piratini - Piratini - RS
- 1.3.116 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Visconde da Graça Pelotas - RS
- 1.3.117 - Centro de Tratoristas de Carazinho - Carazinho - RS
- 1.3.118 - Ginásio Agrícola de Urutaí - Urutaí - GO
- 1.3.119 - Ginásio Agrícola de Rio Verde - Rio Verde-GO
- 1.3.120 - Ginásio Agrícola Gustavo Dutra-Cuiabá - MT
- 1.3.121 - Colégio Agrícola de Brasília - Brasília- DF
- 1.3.122 - Colégio de Economia Doméstica Rural de Brasília - Brasília - DF
- 1.3.123 - Curso de Preparação de Economia Doméstica Rural do Colégio de Economia Doméstica Rural de Brasília - Brasília - DF.

1.4 - Industrial

Autarquias vinculadas à Diretoria do Ensino Industrial:

- 1.4.1 - Escola Industrial Federal de Alagoas
- 1.4.2 - Escola Industrial Federal do Ceará
- 1.4.3 - Escola Industrial Federal de Mato Grosso
- 1.4.4 - Escola Industrial Federal do Pará
- 1.4.5 - Escola Industrial Federal da Paraíba
- 1.4.6 - Escola Industrial Federal do Piauí
- 1.4.7 - Escola Industrial Federal de Santa Catarina
- 1.4.8 - Escola Industrial Federal de Sergipe
- 1.4.9 - Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte
- 1.4.10 - Escola Técnica Federal do Amazonas
- 1.4.11 - Escola Técnica Federal da Bahia
- 1.4.12 - Escola Técnica Federal de Campos
- 1.4.13 - Escola Técnica Federal do Espírito Santo
- 1.4.14 - Escola Técnica Federal de Goiás
- 1.4.15 - Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca - GB
- 1.4.16 - Escola Técnica Federal de Química - GB
- 1.4.17 - Escola Técnica Federal do Maranhão
- 1.4.18 - Escola Técnica Federal de Minas Gerais
- 1.4.19 - Escola Técnica Federal de Ouro Preto
- 1.4.20 - Escola Técnica Federal do Paraná
- 1.4.21 - Escola Técnica Federal de Pelotas
- 1.4.22 - Escola Técnica Federal de Pernambuco
- 1.4.23 - Escola Técnica Federal de São Paulo

2 - De Nutrição

Vinculadas à Campanha Nacional de Alimentação Escolar

- 2.1 - Escola Regional de Nutrição Firmina Santana - Belo Horizonte - MG
- 2.2 - Escola Regional de Nutrição Agnes Jane Leith, de Fortaleza - CE

3 - De Ensino Superior

Escolas Isoladas vinculadas à Diretoria do Ensino Superior

- 3.1 - Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro
- 3.2 - Escola Paulista de Medicina (autarquia)
- 3.3 - Escola Central de Nutrição
- 3.4 - Escola de Agronomia da Amazônia
- 3.5 - Escola de Agronomia do Nordeste
- 3.6 - Escola Federal de Minas de Ouro Preto (Fundação)
- 3.7 - Escola Superior de Agricultura de Lavras
- 3.8 - Escola de Farmácia de Ouro Preto
- 3.9 - Faculdade de Direito do Piauí
- 3.10 - Instituto Eletrotécnico de Itajubá
- 3.11 - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
- 3.12 - Faculdade de Odontologia de Diamantina
- 3.13 - Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
- 3.14 - Faculdade de Direito de Mato Grosso
- 3.15 - Escola de Engenharia de Uberlândia
- 3.16 - Escola de Engenharia Industrial de Rio Grande

Universidades (Fundações)

- 3.17 - Universidade Federal do Amazonas
- 3.18 - Fundação Universidade de Brasília
- 3.19 - Universidade Federal de Sergipe
- 3.20 - Universidade Federal do Maranhão

Universidades (Autarquias)

- 3.21 - Universidade Federal de Alagoas
- 3.22 - Universidade Federal da Bahia
- 3.23 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 3.24 - Universidade Federal do Ceará
- 3.25 - Universidade Federal do Espírito Santo
- 3.26 - Universidade Federal de Goiás
- 3.27 - Universidade Federal Fluminense
- 3.28 - Universidade Federal de Juiz de Fora
- 3.29 - Universidade Federal de Minas Gerais
- 3.30 - Universidade Federal do Pará

- 3.31 - Universidade Federal da Paraíba
3.32 - Universidade Federal do Paraná
3.33 - Universidade Federal de Pernambuco
3.34 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
3.35 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
3.36 - Universidade Federal de Santa Catarina
3.37 - Universidade Federal de Santa Maria
3.38 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
3.39 - Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul
3.40 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

V - EDUCAÇÃO E PESQUISA MUSICAL

1. Instituto Villa-Lobos (vinculado ao D.N.E.)

VI - ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E DE PESQUISA

1. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
 - 1.1 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais da Guanabara
 - 1.2 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "João Pinheiro" - MG
 - 1.3 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco
 - 1.4 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul
2. Instituto "Josquim Nabuco" de Pesquisas Sociais-Pernambuco
3. Observatório Nacional
4. Comissão Nacional do Livro Didático
5. Grupo Nacional de Desenvolvimento das Construções Escolares

VII - ÓRGÃOS DE ENSINO EMENDATIVO

1. Instituto Benjamin Constant
 - 1.1 - Campanha Nacional de Educação de Cegos
2. Instituto Nacional de Educação de Surdos
 - 2.1 - Campanha de Educação do Surdo Brasileiro
3. Campanha de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) - Gabinete

VIII - ÓRGÃOS DE CULTURA

- 79
1. Biblioteca Nacional
 - 1.1 - Biblioteca Antônio Tórres - Diamantina
 2. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 - 2.1 - Museu da Inconfidência - Minas Gerais
 - 2.2 - Museu do Ouro - Minas Gerais
 - 2.3 - Museu do Diamante - Minas Gerais
 - 2.4 - Museu das Missões - Rio Grande do Sul
 3. Instituto Nacional do Cinema- (autarquia)
 - 3.1 - Campanha Nacional do Cinema
 4. Instituto Nacional do Livro
 - 4.1 - Campanha Nacional do Livro
 5. Grupo Executivo da Indústria do Livro (gabinete)
 6. Museu Histórico Nacional
 - 6.1 - Museu da República
 7. Museu Nacional de Belas Artes
 - 7.1 - Comissão Nacional de Belas Artes
 8. Serviço Nacional do Teatro
 - 8.1 - Campanha Nacional do Teatro
 9. Serviço de Rádiodifusão Educativa
 - 9.1 - Campanha de Rádiodifusão Educativa
 - 9.2 - Rádio Ministério da Educação e Cultura
 - 9.3 - Rádio Sirena - Leopoldina MG
 - 9.4 - Rádio Educadora de Brasília
 10. Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (gabinete)
 11. Fundação Casa de Ruy Barbosa
 12. Museu Imperial (Petrópolis)
 - 12.1 - Casa Cláudio de Souza
 13. Museu da Abolição (Pernambuco)
 14. Museu Nacional de Imigração e Colonização (Santa Catarina)
 15. Museu Villa-Lobos
 16. Serviço Nacional de Bibliotecas - Brasília
 17. Instituto Brasileiro de Estudos Literários (ainda não instalado)
 18. Biblioteca da Secretaria de Estado

EVOLUÇÃO DO ENSINO NO
BRASIL NOS TRÊS NÍVEIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria Geral
Serviço de Estatística da Educação e Cultura
1- Matrícula no início do ano

Table with 4 columns: ENSINO E RAMOS, 1965, 1966, 1967(1). Rows include Primário Comum, Médio (Secundário, Comercial, Normal, Industrial, Agrícola, Artístico, Auxiliar de Enfermagem), Superior (various fields like Adm. Domést. e Educação Familiar, Administração e Economia, etc.), and Institutos (Artes, Biologia, Ciências, etc.).

Notas: (1) Dados preliminares sujeitos a retificações, salvo quanto ao ensino primário que é estimado segundo a função y = ab^x
(2) Incluído no curso de Engenharia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Secretaria Geral

Serviço de Estatística da Educação e Cultura
2- DESENVOLVIMENTO DO ENSINO NO BRASIL - 1959/68

A N O	MATRICULAS NO INICIO DO ANO		
	PRIMÁRIO	MÉDIO	SUPERIOR

Números absolutos

1959	7.128.958	1.106.504	89.586
1960	7.476.096	1.224.485	93.202
1961	7.798.732	1.345.892	98.892
1962	8.578.511	1.515.834	107.299
1963	9.299.441	1.719.589	120.959
1964	10.217.324	1.892.724	142.386
1965	9.923.183	2.154.430	155.781
1966	10.695.391	2.483.212	180.109
1967	(1) 11.613.000	(2) 2.737.313	(2) 213.741
1968	(1) 12.353.000	(1) 3.099.900	(1) 240.870

Números relativos (1959 = 100)

1959	100	100	100
1960	105	111	104
1961	109	122	110
1962	120	137	120
1963	130	155	135
1964	143	171	159
1965	139	195	174
1966	150	224	201
1967	163	247	239
1968	173	280	269

Notas: Matrícula geral até 1964, inclusive, para o ensino primário comum.

A queda registrada em 1965 é devido à mudança de critério : de matrícula geral para matrícula no início do ano.

(1) - Dados estimados segundo a função $y = ab^x$

(2) - Dados preliminares sujeitos a retificações.

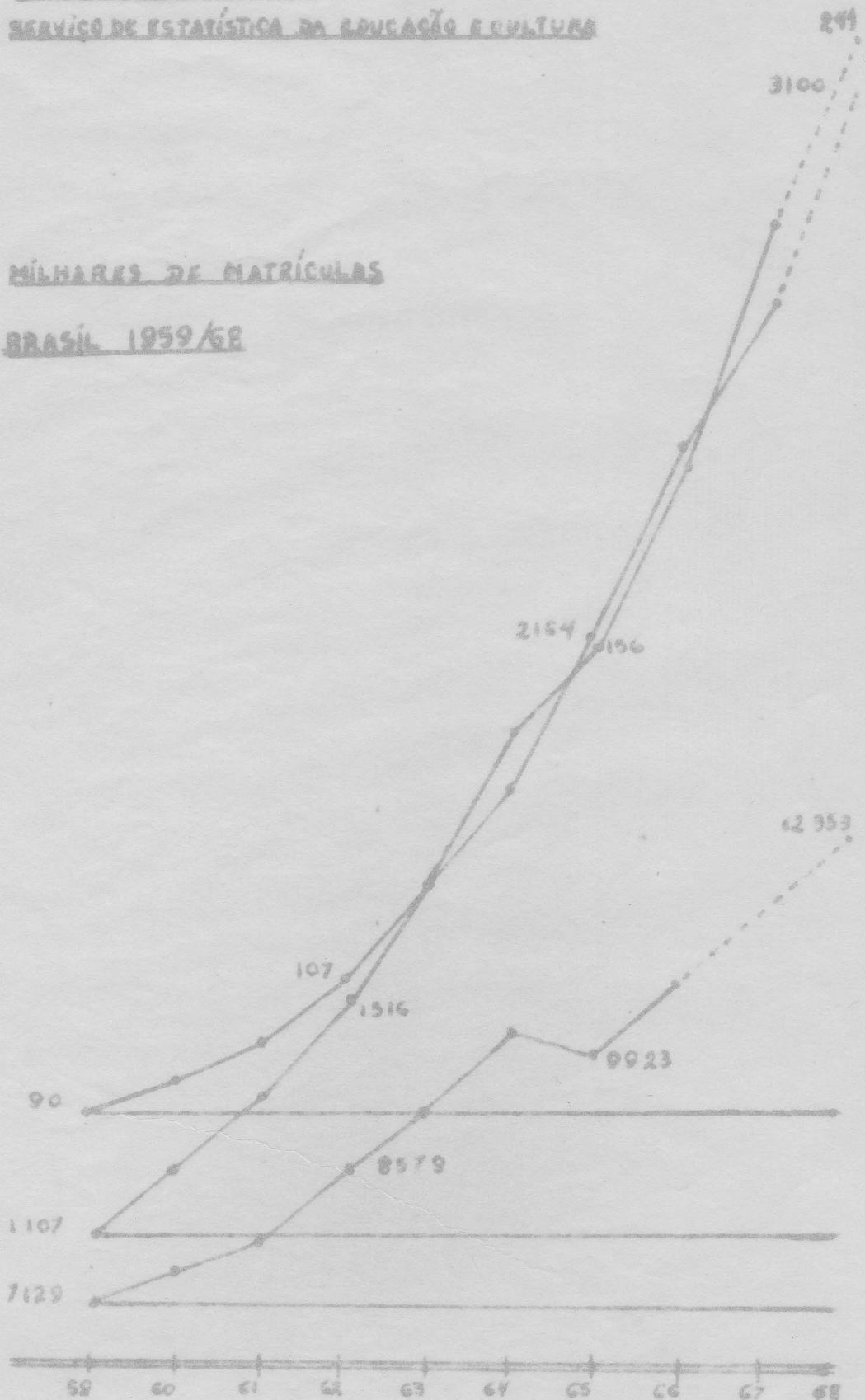
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA GERAL

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MILHARES DE MATRÍCULAS

BRASIL 1959/68



07

ENSINO PRIMÁRIO COMUM

ENSINO PRIMÁRIO COMUM

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

1. O INEP possui seis Centros Regionais de Pesquisas: nas capitais dos seguintes Estados:

- 1- Guanabara
- 2- São Paulo
- 3- Minas Gerais
- 4- Rio Grande do Sul
- 5- Bahia
- 6- Pernambuco

2. Administra os seguintes Centros de Treinamento do Magistério:

- 1- Espírito Santo - Colatina
- 2- Goiás - Inhumas
- 3- Mato Grosso - Cuiabá
- 4- Paraíba:
 - a) Sapé
 - b) Souza
 - c) Alagoa Grande

Tais Centros mantêm escolas primárias de aplicação. Em 1967 funcionaram as seguintes classes primárias:

- | | |
|----|-------------------|
| 6 | no Espírito Santo |
| 8 | em Goiás |
| 3 | em Mato Grosso |
| 23 | na Paraíba |
| 40 | TOTAL |

3. Orienta os seguintes Cursos Isolados:

- 1 - Rio G. Norte - Natal - Formação de Supervisoras e Diretoras
- 2 - Ceará - Fortaleza - Formação de Professores de Artes Industriais.
- 3 - Esp. Santo - Vitória - Aperfeiçoamento de Diretores, de professores de Escola de Aplicação e de Professores para a 5^a e 6^a séries primárias.

8. Cursos de emergência, destinados a professores não titulares, visando à sua recuperação, que beneficiam 235 bolsistas.
 9. Cursos de Artes Industriais - para as atividades da 5a. e 6a. séries primárias.
em colaboração com o SESI - 39 bolsistas - São Paulo
com o SENAI - 58 bolsistas de diversos Estados e
17 bolsistas da Guanabara.
com a Secretaria de Educação do Ceará - 55 bolsistas
perfazendo o total de 169 bolsistas
 10. Cursos de Arte - na Escolinha de Arte - 12 bolsistas no Estado da Guanabara, vindo de diversos Estados.
 11. Cursos de Aperfeiçoamento de Professores para a 5a. e 6a. séries primárias. Esp. Santo - 32 bolsistas.
 12. Cursos de Comunicação Cinematográfica- S.Paulo 87 bolsistas.
 13. Cursos de aperfeiçoamento para classes de "Mestre único" Minas - 39 bolsistas.
 14. Cursos de Recuperação Neurológica - 9 bolsistas - beneficiando os chamados "excepcionais".
 15. Cursos de orientação para professores de excepcionais iniciado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - 20 bolsistas.
 16. Preparação de pessoal Técnico para elaboração e avaliação dos planos e programas de estudo para o ensino primário - São Paulo - 29 bolsistas.
 17. Estágios em classes de 1a. série - na Escola Experimental do INEP - Escola Guatemala - GB 4 bolsistas de S.P.
 18. Preparação de pessoal técnico para serviços de informação e cadastro - 15 bolsistas.
 19. Preparação de pessoal técnico de comunicação áudio-visual - São Paulo - 22 bolsistas.
- Total do pessoal beneficiado 1.429

4. Assistência Técnica

- 1) O INEP firmou convênio com o CONTAP e a USAID- criando uma
EQUIPE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ENSINO PRIMÁRIO- EATEP
que realiza estudos sobre a evasão e repetência na escola primário - investimentos NCr\$ 13.000,00
Ncr\$ 18.000,00
Total NCr\$ 31.000,00
- 2) A Assistência Técnica aos Sistemas estaduais é dada pelos
COLÓQUIOS ESTADUAIS SOBRE ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE EDUCAÇÃO - CEOSSES
já realizados nos seguintes Estados:
Sergipe - Paraíba - Paraná - Santa Catarina -
Rio Grande do Sul
Esses "Colóquios" resultam, em parte, da cooperação técnica da UNESCO.
- 3) GRUPO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES -
está traçando plano de desenvolvimento, recuperação e aperfeiçoamento das construções escolares.
- 4) O programa de Assistência Técnica do C.R. de São Paulo com objetivo de colocar à disposição os Estudos do Norte e Nordeste equipes destinadas ao treinamento de professores, estendeu-se a outras regiões.
Em 1967, manteve equipes à disposição dos Estados de Sergipe, Alagoas, R.G.do Norte, Maranhão, Paraná e Território de Roraima.

5. Experimentação

Funcionaram as seguintes escolas experimentais:

- 1) Em Recife - no CRPE - 6 classes
- 2) Em S.Paulo - no CRPE - 12 classes
- 3) Em Belo Horizonte - CRPE - 5 classes
- 4) No Rio (Esc. Guatemala) em Convênio com a Secretaria de Educação do Estado - atualmente com 562 alunos.
- 5) Em Salvador - no CRPE - em Convênio com a Secretaria de Educação do Estado - 1 escola Parque
4 escolas-classe - 12 salas cada um - 3.500 alunos

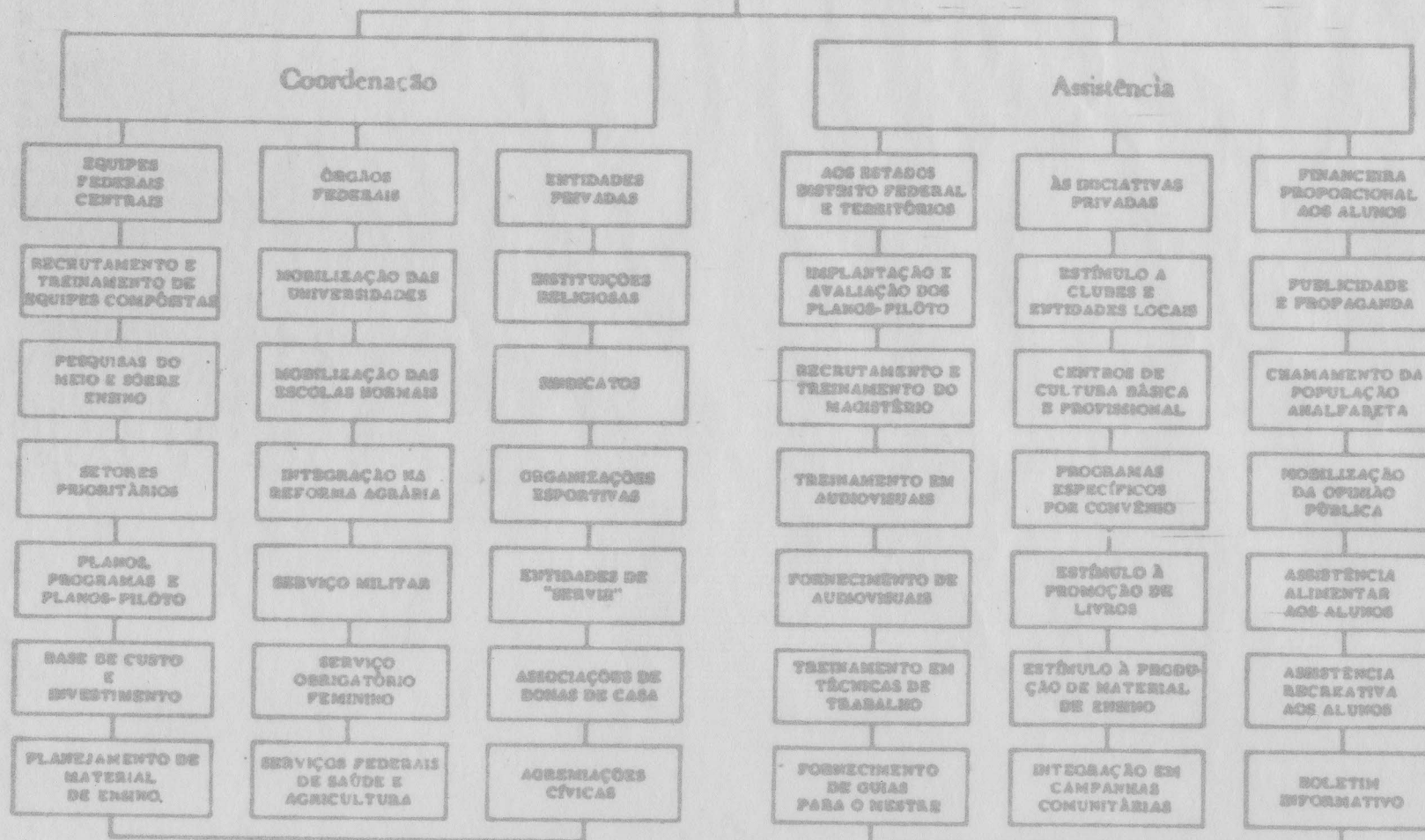
6. Projeto de Educação Primária e Normal no Brasil
Em 1967 - Convênio firmado entre o MEC e a UNICEFF:
II Plano Mestre de Operação de um Projeto de Educação Primária e Normal no Brasil.
Acôrdo de adesão dos Estados:
Amazonas - Paraíba - Espírito Santo - Paraná
Santa Catarina - Goiás e Mato Grosso
7. Contribuição à COLTED - na seleção dos livros Técnicos e Didáticos, para o ensino primário.
8. Pesquisas realizadas em 1967
 - 1 - Bases para uma reforma no período de escolaridade obrigatória.
 - 2 - Destino das crianças que concluíram o curso primário no Estado da Guanabara.
 - 3 - Provas de rendimento escolar no cursos primário.
 - 4 - Serão adequados os programas de curso primário?
 - 5 - Domínio pelos alunos da escola primária da conceituação e vocabulário envolvidos no ensino da Geografia.
 - 6 - Estão iniciadas várias outras.
9. Participação do INEP nos Programas de ampliação e utilização de recursos áudio-visuais.
Em cursos - Em televisão - Em congressos
Orientação geral aos interessados
Distribuição de material
Preparação de guias de filmes
Preparação de cena de 1.200 filmes-educativos
10. Programa Interamericano do Desenvolvimento
Foram aprovados, em 1967, os seguintes projetos do INEP, destinados à Comissão ad-hoc de Educação da OEA:
 - 1- Condições e pressupostos da mudança na política educacional.
 - 2- Preparação de Pessoal Técnico para Administração Escolar.
 - 3- Instalação do Museu Pedagógico.
 - 4- Plano piloto visando à normalização do fluxo de alunos na escola primária.
 - 5- Audiovisuais: Material Didático de Projeção para Professores e Alunos.

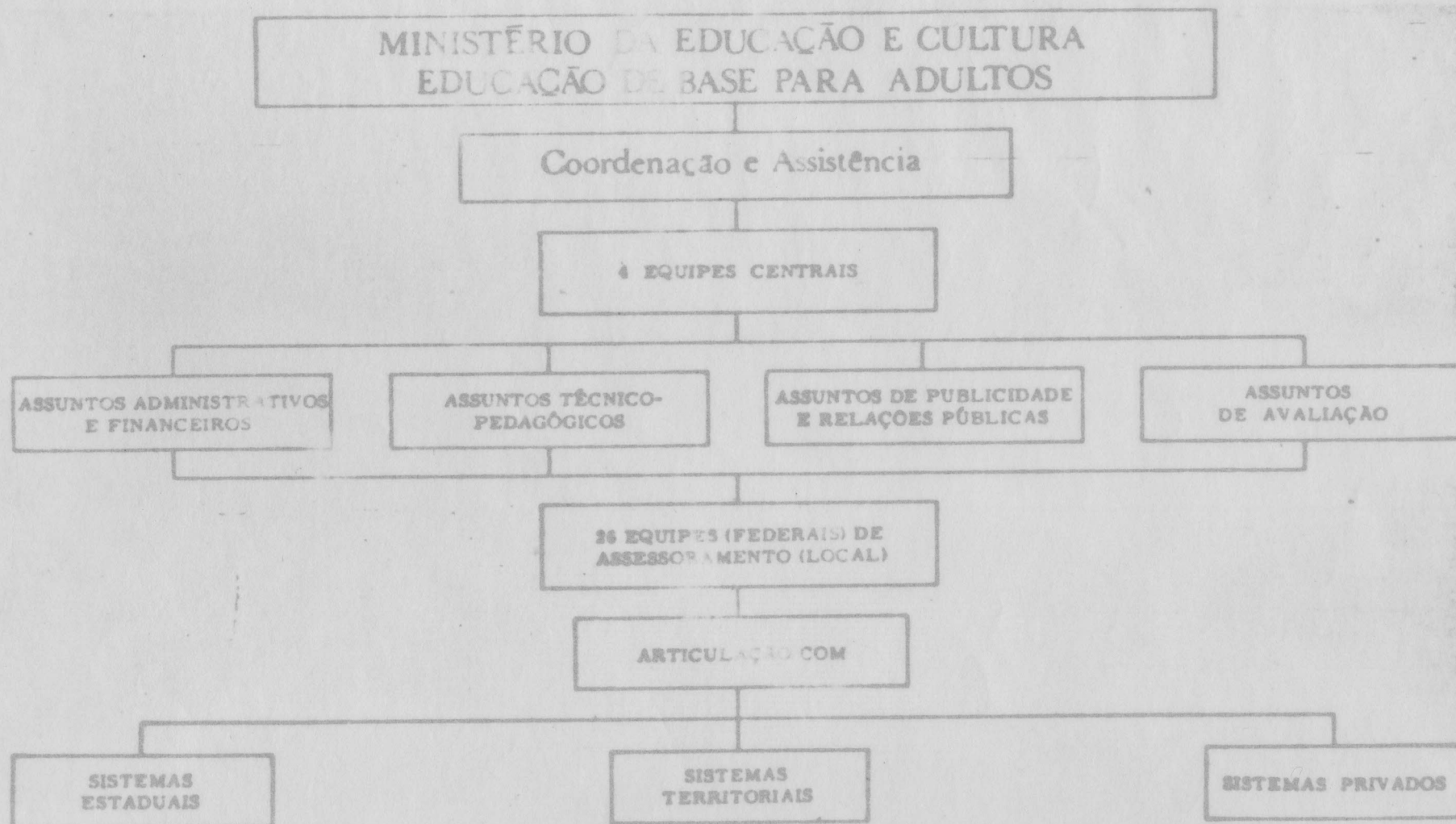
- 6- Planejamento da Escola Integrada Brasileira- de 8 anos
- 7- Melhoria do rendimento do ensino na 1a. série primária.

11. Censo Escolar de 1964
Continua a apuração das tabelas definitivas e análises.

ENSINO PRIMÁRIO SUPLETIVO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

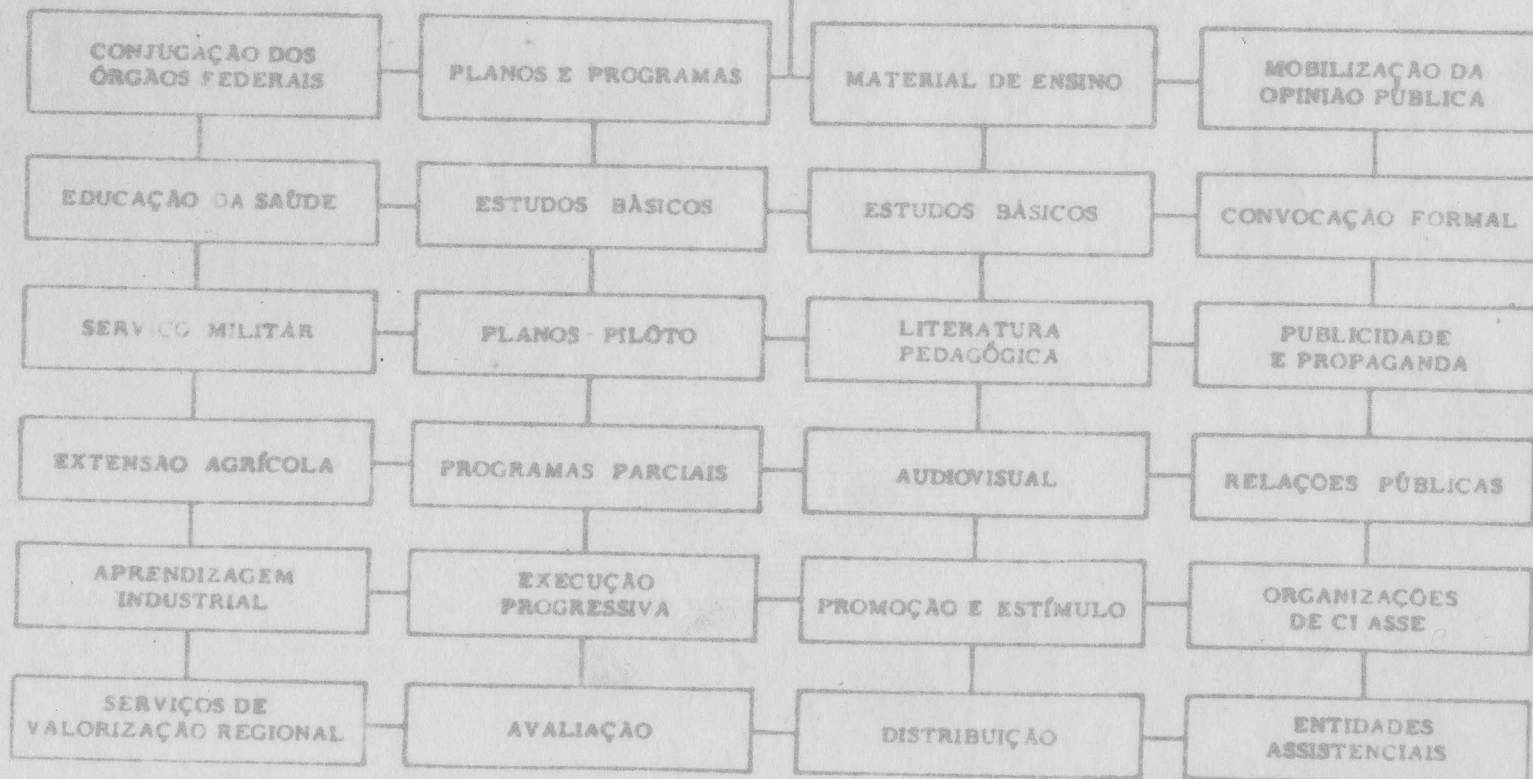


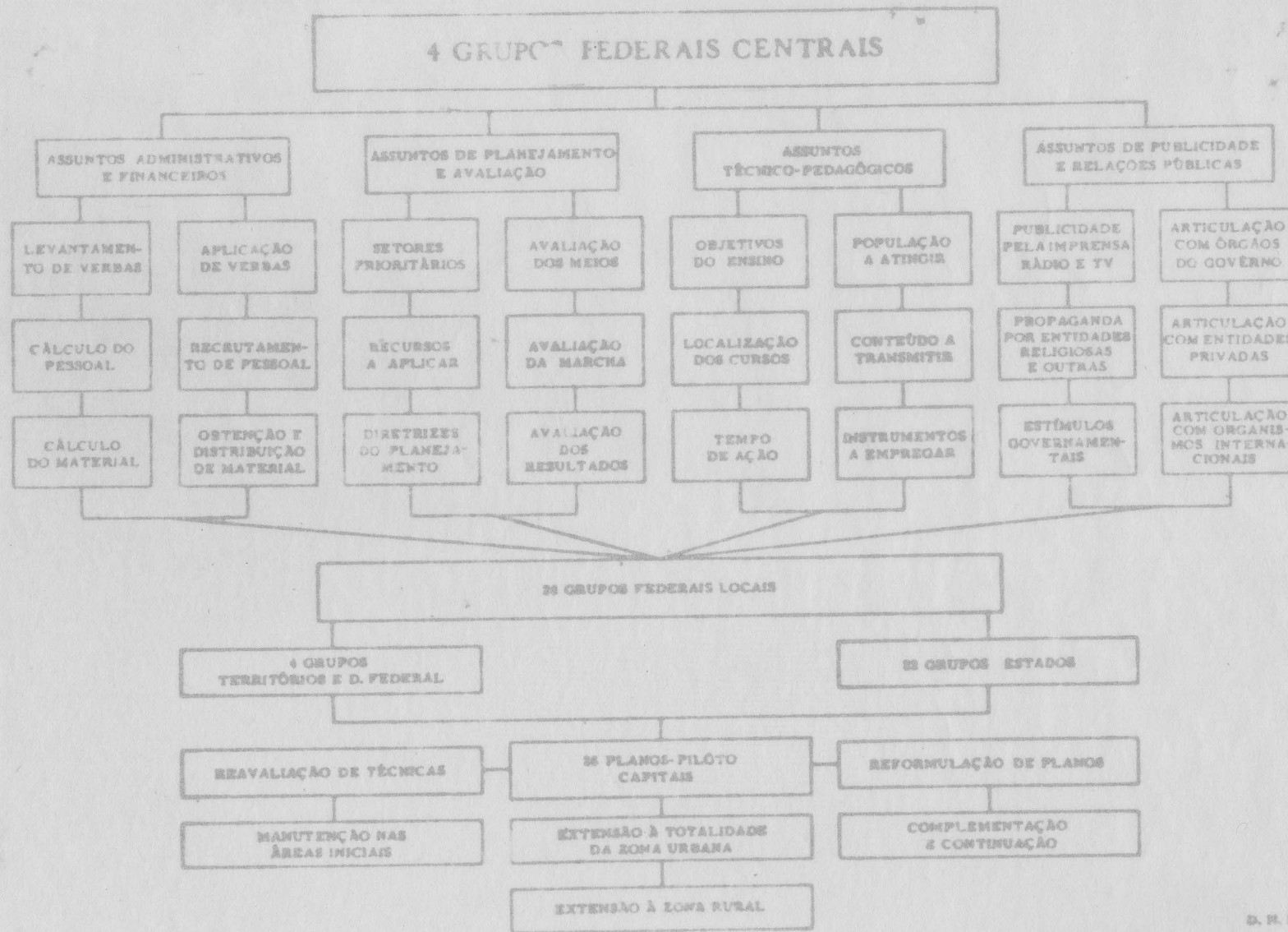


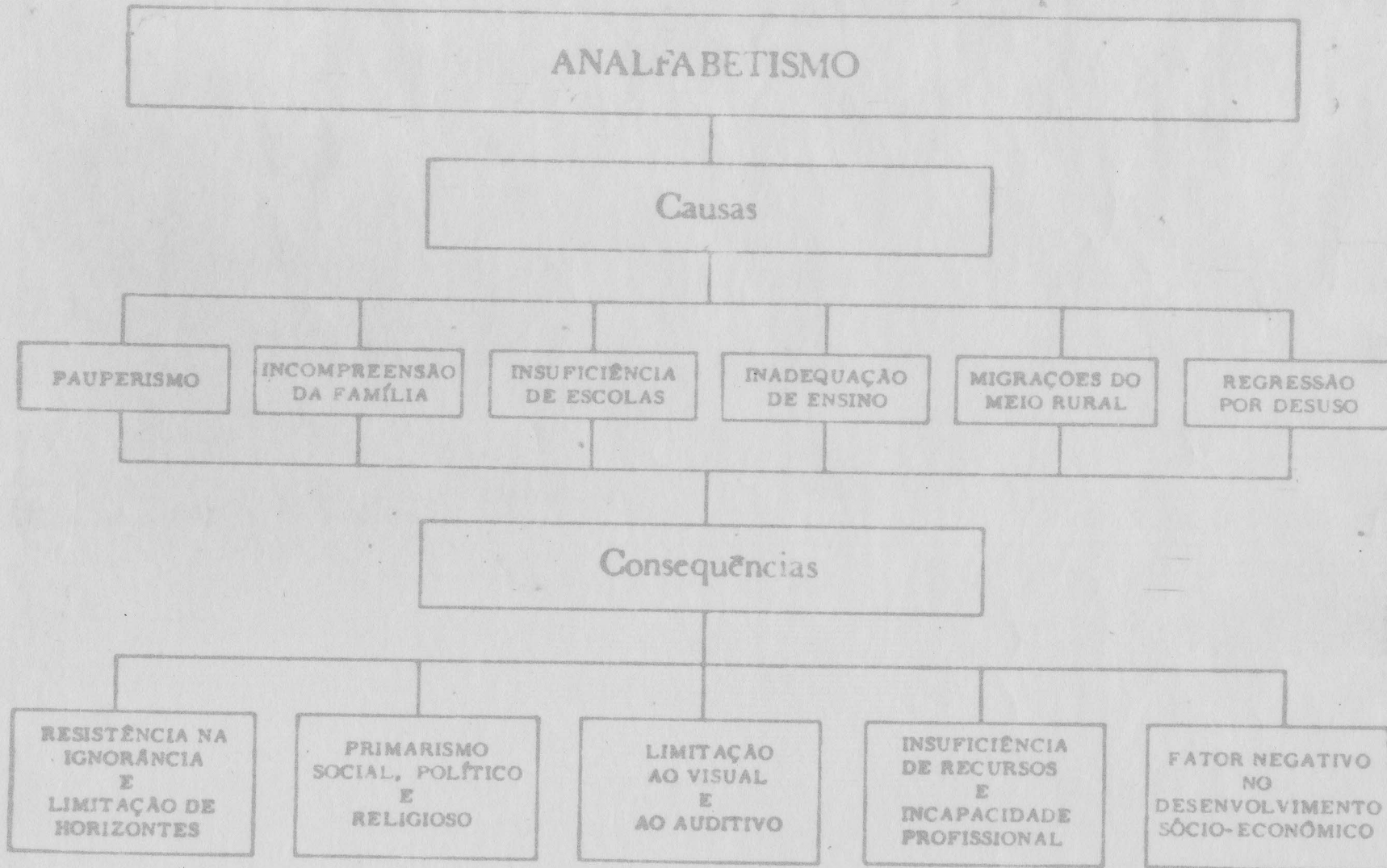
D.N.E.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDUCAÇÃO DE BASE PARA ANALFABETOS

Coordenação e Promoção no Âmbito Federal

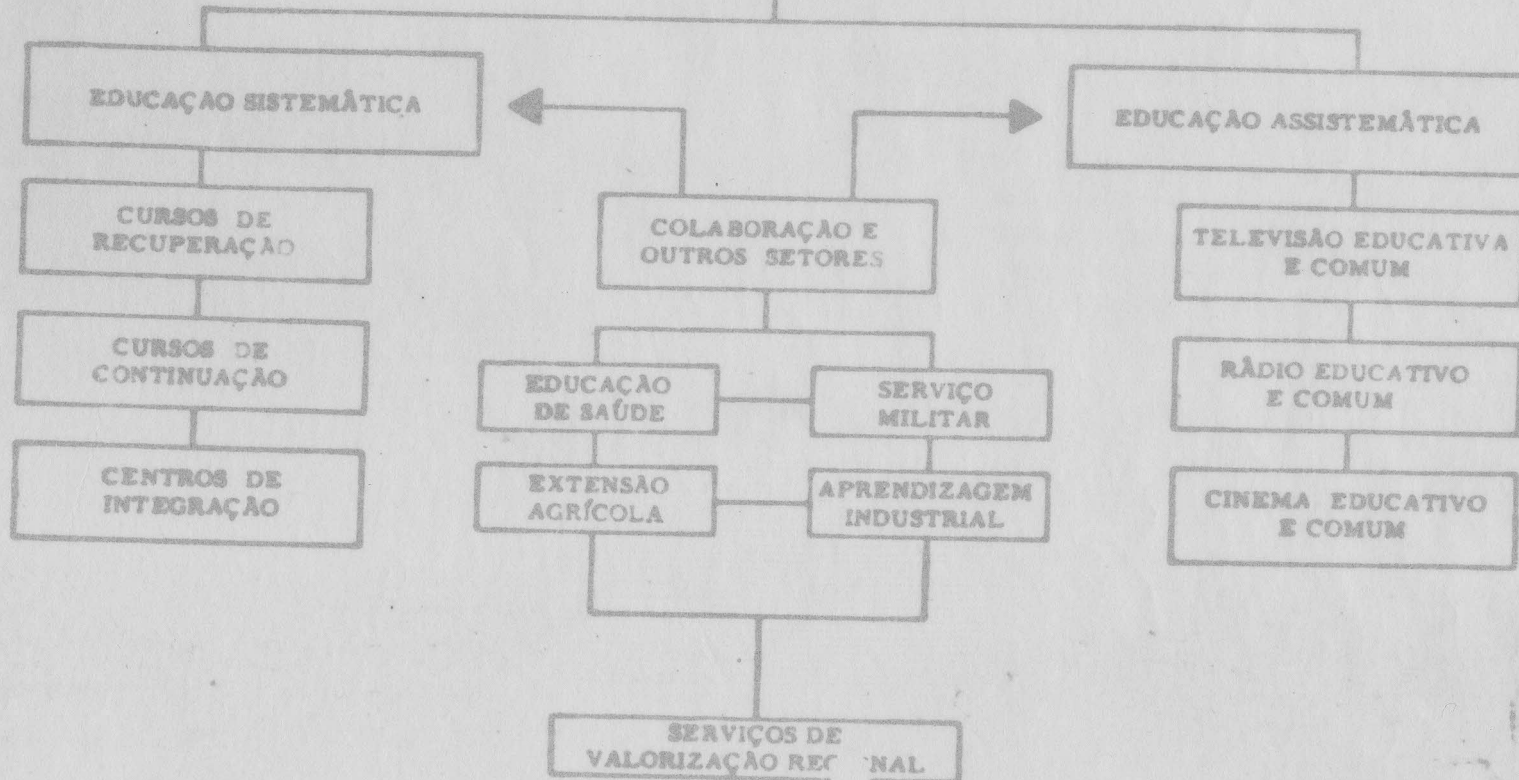




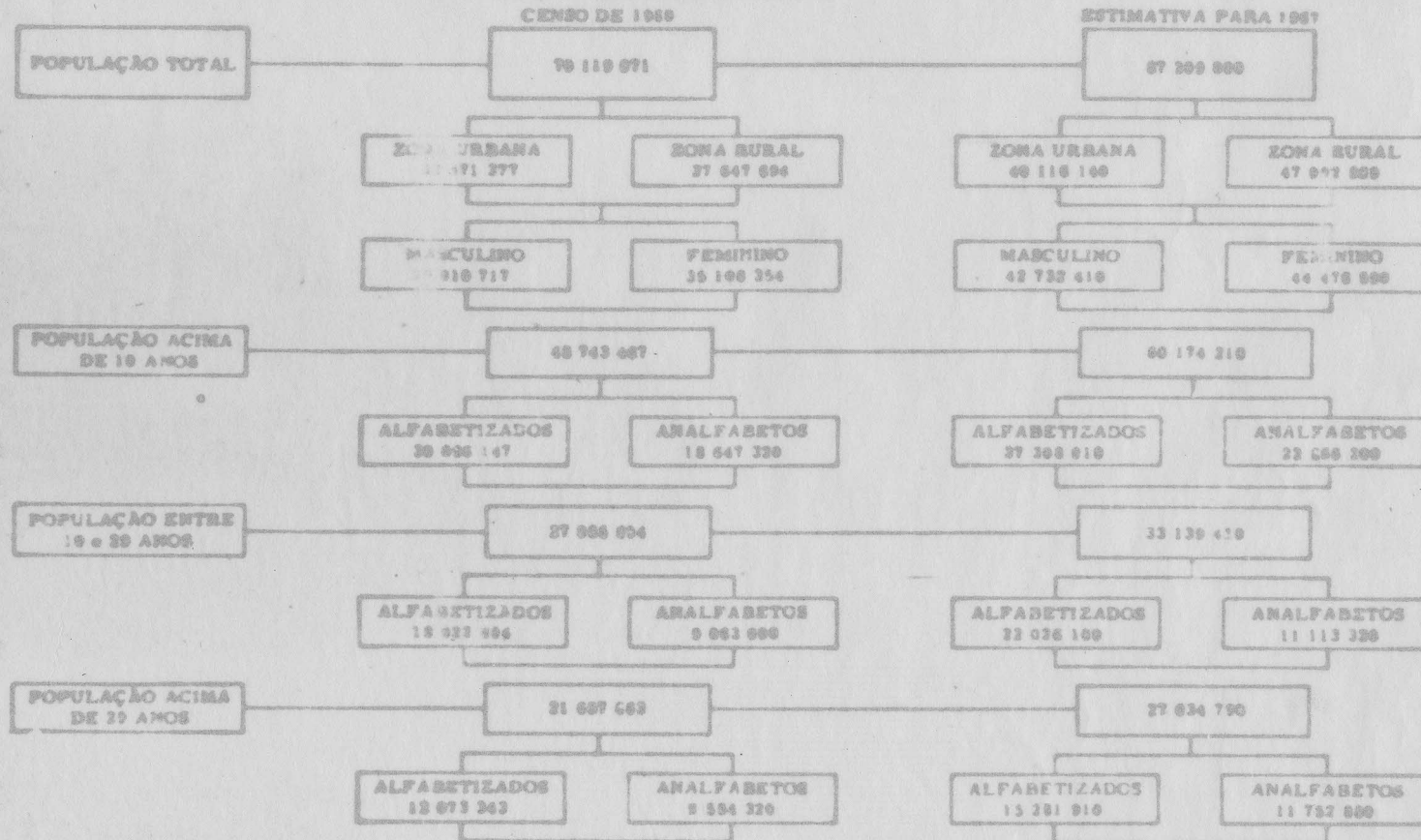


EDUCAÇÃO DE BASE PARA ANALFABETOS

Amplitude



ESTATÍSTICA GERAL



CRITÉRIOS PERCENTUAIS DA ESTIMATIVA

BASE: Estatísticas de 1960 e estimativa populacional e educativa para 1967 (IBGE)
 CÁLCULOS SOBRE POPULAÇÃO TOTAL: urbana - 46%, masculino - 49%, acima de 10 anos - 65%, entre 10 e 29 anos - 30%, acima de 29 anos - 31%.
 TAXAS DE ANALFABETISMO: acima de 10 anos - 38%, entre 10 e 29 anos - 2, acima de 29 anos - 5%.

DNE

PROGRAMAS ESPECIAIS

ALFABETIZAÇÃO NO EXÉRCITO

CENTRO DE ORIENTAÇÃO DE PROTEÇÃO
COMUNITÁRIA (COPROC)

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA
LBA

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
MEB

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE
CRUTAC

CÍRCULOS FEMININOS

CRUZADA ABC

CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

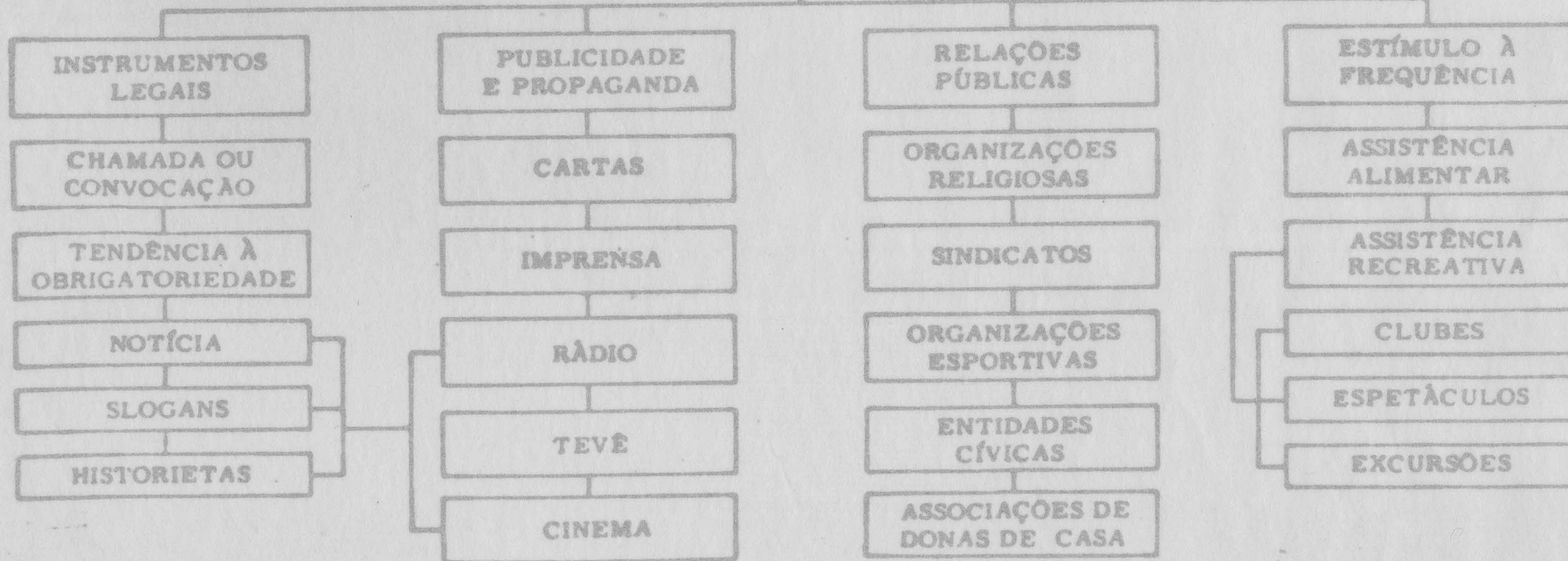
LIGA DE DEFESA NACIONAL

TEVÊ - ESCOLA (F J B A)

EDUCAÇÃO DE BASE PARA ANALFABETOS

Recrutamento

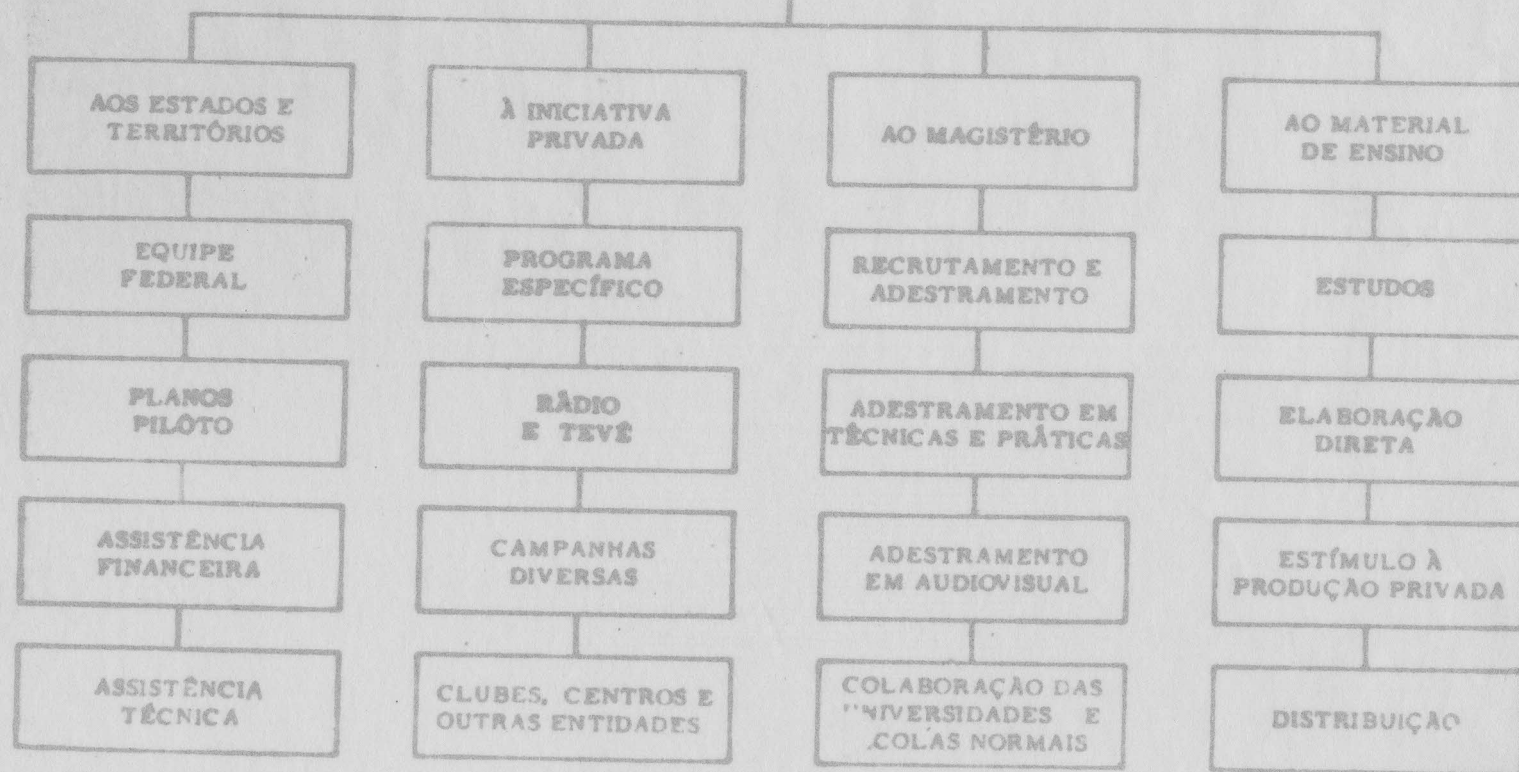
INSCRIÇÃO E FREQUÊNCIA



D. N. E.

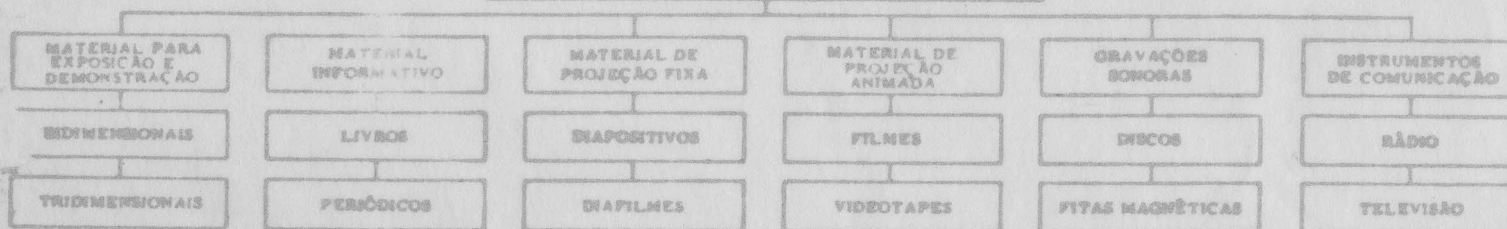
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
EDUCAÇÃO DE BASE PARA ANALFABETOS

Assistência do MEC

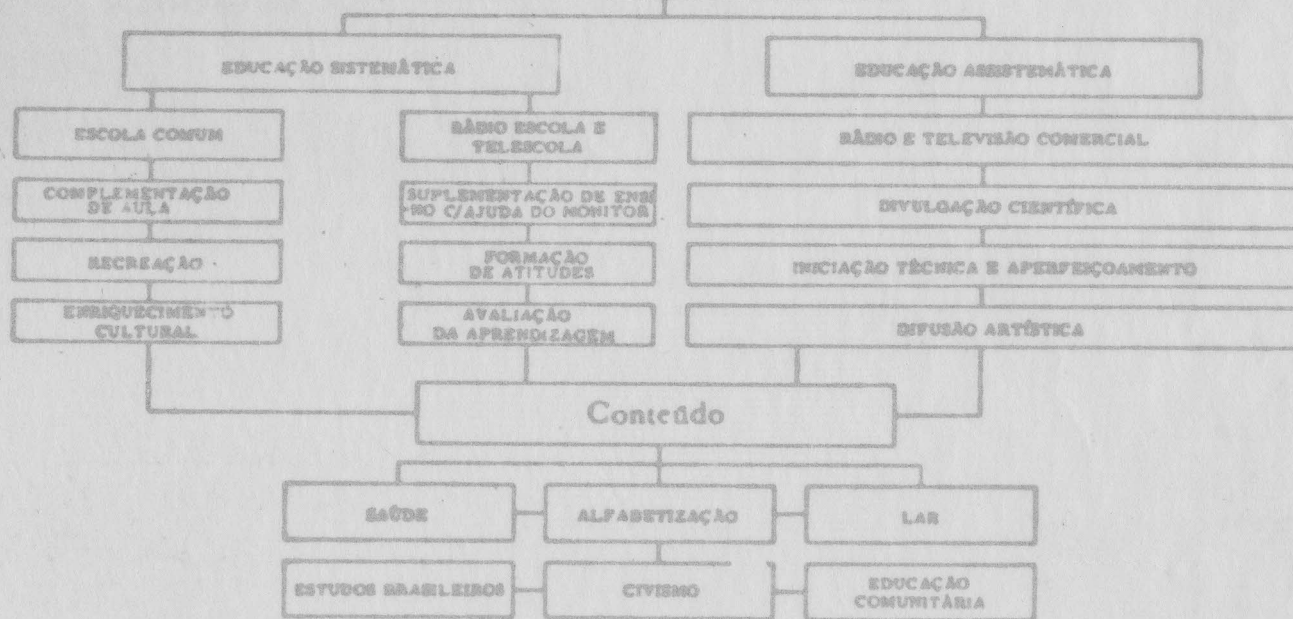


EDUCAÇÃO DE BASE PARA ANALFABETOS

Recursos audiovisuais



Utilização



CUSTO POR FAIXAS PRIORITÁRIAS

		ANALFABETOS	CUSTO
NAS CAPITAIS	10 A 29 ANOS	2 374 306	NCr\$ 237 430 000,00
	ACIMA DE 29 ANOS	4 576 680	NCr\$ 457 669 000,00
NAS ZONAS URBANAS EXCETUADAS AS CAPITAIS	10 A 29 ANOS	2 358 029	NCr\$ 235 902 900,00
	ACIMA DE 29 ANOS	3 979 730	NCr\$ 397 973 000,00
NA ZONA RURAL	10 A 29 ANOS	6 379 990	NCr\$ 637 999 000,00
	ACIMA DE 29 ANOS	3 198 460	NCr\$ 319 646 000,00
TOTAL	10 A 29 ANOS	11 113 319	
	ACIMA DE 29 ANOS	11 752 880	
	TOTAL FINAL	22 866 199	NCr\$ 2 286 619 990,00

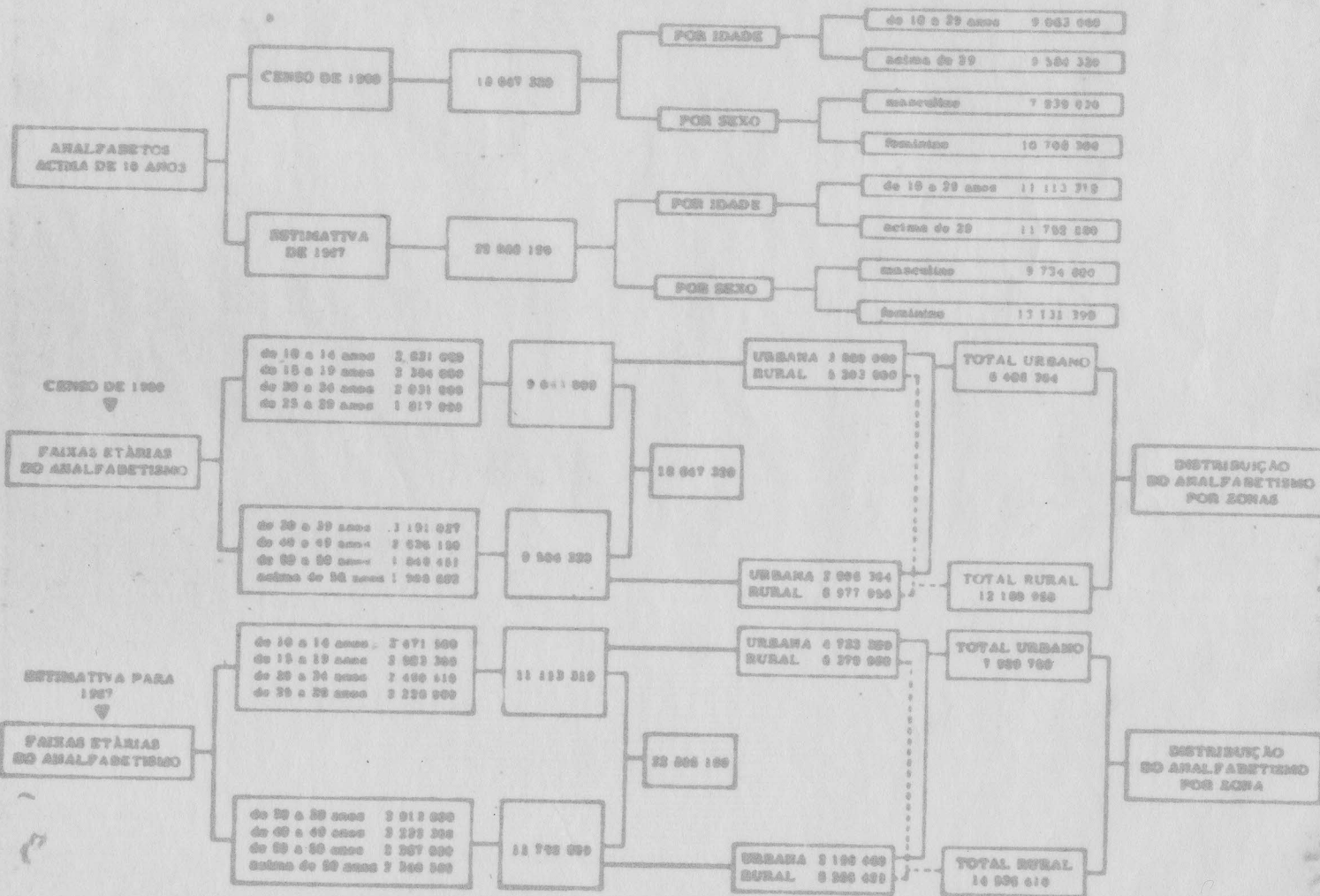
D. N. E.

ESTIMATIVA DO CUSTO NAS CAPITAIS

CAPITAIS	ANALFABETOS de 10 a 14 anos	ANALFABETOS de 15 a 19 anos	ANALFABETOS de 20 a 29 anos	TOTAL DE ANALFABETOS de 10 a 29 anos	CUSTO NCr\$ 100,00/ALUNO
PÓRTO VELHO (RD)	4 500	2 700	4 300	11 500	11 500,00
RIO BRANCO (AC)	3 900	2 400	2 700	8 800	8 800,00
MANAUS (AM)	11 500	7 000	11 000	29 500	29 500,00
BOA VISTA (RO)	2 000	1 200	1 900	5 100	5 100,00
BELÉM (PA)	30 800	18 500	29 800	79 300	79 300,00
MACAPÁ (AP)	4 700	2 800	4 900	12 400	12 400,00
CUIABÁ (MT)	3 300	2 000	3 200	8 500	8 500,00
GOIÂNIA (GO)	17 800	10 500	17 100	45 400	45 400,00
BRASÍLIA (DF)	16 500	10 000	15 800	42 300	42 300,00
S. LUÍS (MA)	15 800	11 100	15 700	42 600	42 600,00
TERESINA (PI)	16 000	11 400	16 100	43 500	43 500,00
FORTALEZA (CE)	64 700	46 100	65 300	176 100	176 100,00
NATAL (RN)	17 800	12 700	18 000	48 500	48 500,00
JOÃO PESSOA (PB)	15 100	10 700	15 300	41 100	41 100,00
RECIFE (PE)	85 700	61 000	88 400	233 100	233 100,00
MACEIÓ (AL)	17 400	12 400	17 500	47 300	47 300,00
ARACAJU (SE)	12 300	8 700	12 400	33 400	33 400,00
SALVADOR (BA)	71 900	51 200	72 500	195 600	195 600,00
BELO HORIZONTE (MG)	55 300	39 300	47 100	141 700	141 700,00
VITÓRIA (ES)	6 000	4 300	5 100	15 400	15 400,00
NITERÓI (RJ)	15 000	10 700	12 800	38 500	38 500,00
RIO DE JANEIRO (GB)	209 300	148 300	178 200	536 300	536 300,00
S. PAULO (SP)	110 100	87 500	223 600	421 200	421 200,00
C. TIBA (PR)	11 400	9 100	23 100	43 600	43 600,00
FLORIANÓPOLIS (SC)	2 500	2 000	1 100	5 600	5 600,00
PÓRTO ALEGRE (RS)	17 500	13 900	35 300	66 900	66 900,00
TOTAL	838 900	588 700	836 700	2 374 300	
CUSTO POR FAIXA ETÁRIA	NCr\$ 81 941 080,00	NCr\$ 58 193 640,00	NCr\$ 91 047 240,00	NCr\$ 230 781 960,00	NCr\$ 230 781 960,00

ESTATÍSTICA DO ANALFABETISMO

CENSO DE 1966 ESTIMATIVA PARA 1967



ENSINO SUPERIOR

RELAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS CRIADOS DE :

15.3.1967 a 31.12.1967

A - FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

1. Faculdade de Educação da Bahia
Decreto nº 60.728, de 19.5.67 - D.O. de 26.5.67
Não indica curso.
2. Faculdade de Ciências e Letras de São José dos Campos-SP
Decreto nº 60.554, de 7.4.67 - D.O. de 12.4.67.
Não indica os cursos.
3. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte - MG
Parecer 426/67, do Conselho Federal de Educação.

B - ENGENHARIA

1. Escola de Engenharia da Fundação Técnico-Educacional Souza Marques - GB
Decreto nº 61.103, de 28.7.67 - D.O. de 31.7.67
Decreto nº 61.195, de 22.8.67 - D.O. de 24.8.67
Cursos: a) engenharia civil
b) engenharia operacional
2. Faculdade de Engenharia da Fundação Armando Álvares Penteado - São Paulo
Decreto nº 61.129, de 2.8.67 - D.O. de 4.8.67
Cursos: a) engenharia química
b) engenharia mecânica
c) engenharia metalúrgica
3. Faculdade de Engenharia São José dos Campos -SP
Parecer nº 380/67, do Conselho Federal de Educação
Não indica os cursos.
4. Faculdade de Engenharia de Operações da Universidade de Caxias do Sul.
Parecer nº 477/67 do Conselho Federal de Educação.
Não indica quais as modalidades de engenharia de operação.

C - MEDICINA

1. Faculdade de Medicina da Fundação Octacílio Gualberto - Petrópolis -RJ
Decreto nº 61.169, de 17.8.67 - D.O. de 18.8.67
Cursos: medicina

2. Faculdade de Ciências Médicas de Santos - SP
Decreto nº 61.045, de 21.7.67 - D.O. de 24.7.67
Cursos: medicina.
3. Faculdade de Medicina de Campos -RJ
Decreto nº 61.380, de 18.9.67 - D.O. de 21.9.67
Cursos: medicina
4. Faculdade de Medicina da Universidade Caxias do Sul -RS
Decreto nº 61.692, de 13.11.67 - D.O. de 17.11.67.
Cursos: medicina
5. Faculdade de Medicina de Mogi das Cruzes - SP
Parecer 427/67, do Conselho Federal de Educação
Cursos: medicina
6. Faculdade de Medicina de Rio Grande - RS
Decreto nº 60.600, de 20.4.67 - D.O. de 24.4.67.
Cursos: medicina

D - DIREITO

1. Faculdade de Direito de São Carlos - SP
Parecer nº 28/67 - Adendo - Conselho Federal de Educação
Cursos: bacharelado de direito.

E - CIÊNCIAS ECONÔMICAS

1. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Cachoeira do Sul - RS
Decreto nº 60.599, de 20.4.67 - D.O. de 24.4.67.

F - AGRONOMIA

1. Escola de Agronomia de Passo Fundo - RS
Decreto nº 60.659, de 28.4.67, tornando sem efeito o Decreto nº 57.723, de 3.2.65, restabelece a autorização para funcionamento da Escola de Agronomia de Passo Fundo, o que equivale a uma re-criação.
2. Escola de Agronomia da Universidade Federal do R.G.Norte
O Conselho Universitário autorizou o funcionamento do curso de Agronomia.
O Egrégio Conselho Federal de Educação aprovou o Estatuto da Universidade, com a inclusão da Escola de Agronomia, devendo-se seguir os atos legais próprios.
Foram criadas 17 escolas superiores.

ENSINO SUPERIOR

CURSOS CRIADOS DE ESTABELECIMENTO ANTERIORMENTE AUTORIZADOS
DE 15 DE MARÇO a 31 DE DEZEMBRO DE 1967

A - EM FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS:

1. Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras -
São João del Rei -MG
a) ciências - licenciatura do 1º ciclo
Decreto nº 60.645, de 28.4.67 - D.O. de 4.5.67
2. Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de
União Vitória - PR
a) história
b) pedagogia
Decreto nº 60.729, de 19.5.67 - D.O. de 26.5.67.
3. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlân-
dia - MG
a) matemática
Decreto nº 60.771, de 30.5.67 - D.O. de 1.6.67.
4. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos -SP
a) ciências - licenciatura do 1º ciclo
Decreto nº 60.898, de 26.6.67 - D.O. de 28.6.67.
5. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Leopoldo:RS
a) física
b) ciências - licenciatura do 1º ciclo
Decreto nº 60.966, de 7.7.67, - D.O. de 11.7.67.
6. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Nossa Senhora
do Patrocínio - Itá-SP
a) estudos sociais - licenciatura do 1º ciclo
Decreto nº 61.659, de 8.11.67 - D.O. de 1.12.67. 17-11-67
7. Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro (Fundação Univer-
sitária Gama Filho) - GB
a) psicologia
Decreto nº 61.783, de 27.11.67 - D.O. de 1.12.67-
8. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí-RS
a) ciências
b) estudos sociais
c) letras
licenciaturas do 1º ciclo- Parecer nº 42/67 de 6.4.67(CPE)

